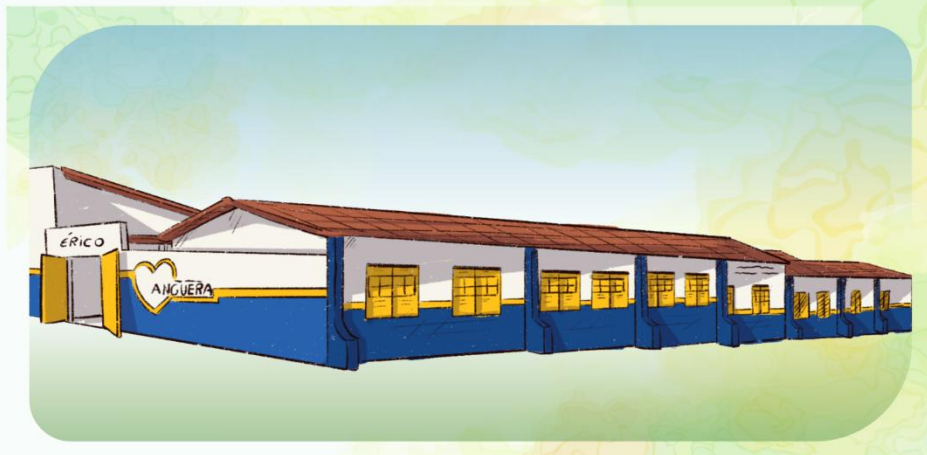




ESCOLA MUNICIPAL ÉRICO SOPHIA BRANDÃO



PPP

Projeto Político Pedagógico 2025

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



ANGUERA
PREFEITURA MUNICIPAL
Mais Trabalho, Mais Conquistas!







PPP

Projeto Político Pedagógico
2025

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Patrícia da Silva Mascarenhas

REPRESENTANTE DA GESTÃO ESCOLAR:

Núbia Vieira Soares Sampaio

Expedita Rodrigues Macedo

Taciara dos Santos Costa

REPRESENTANTE DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:

Jucenildes Silva Santana

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES:

Ana Paula Mendes Ferreira

Rafaiela de Souza Silva

Wallisson Ferreira Cerqueira

REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO E DE APOIO EDUCACIONAL:

Andrea Suzart Santos

Bianca de Oliveira Viana

Norma Suely Araujo Santos

REPRESENTANTE DOS PAIS DE ALUNOS:

Eneida Oliveira Batista

REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES:

Janete Bastos Santos

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Cerqueira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1. Função Social: Missão, Visão e Valores

1.1.2. Características e Finalidades

1.2. LINHA DO TEMPO: A HISTÓRIA INSTITUCIONAL

1.2.1. Avaliação Institucional

2. CONCEPÇÃO DE SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

2.1. EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO

2.2. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

2.3. CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

2.4. GESTÃO DEMOCRÁTICA

2.5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

2.5.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico

2.5.3. O Respeito à Diversidade

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

3.2. A AVALIAÇÃO PARA A APRENDIZAGEM

3.3. OS TEMAS INTEGRADORES

3.4. TENDÊNCIA PEDAGÓGICA

3.5. RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM

3.6. AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC'S)

3.7. PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR E DO ALUNO

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. ENSINO FUNDAMENTAL

4.1.1. Anos Iniciais

4.1.2. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

4.1.3. Transição do 5º Ano para o 6º Ano

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5.2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

5.3. A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

5.4. A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

5.5. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

5.6. A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA/ FAMÍLIA E ESCOLA/ COMUNIDADE

5.7. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
5.7. A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

6. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

6.1. EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

6.2. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

**7. DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

INO DO MUNICÍPIO DE ANGUEA

Anguera, avanças diariamente,
Com a experiência dos velhos,
Com a vitalidade dos jovens,
Com a união envolvente.

Salve os filhos queridos,
Que nesta terra nasceram!
Salve os bons imigrantes,
Que muito a desenvolveram.

Salve, salve, salve,
Anguera tradicional!
Salve, salve, salve,
A Bandeira Municipal!

Tua hospitalidade,
Teus verdes e lindos campos,
Têm a bênção da Padroeira,
Que os envolve em suave manto!

Construída por braços fortes,
Preservada por espíritos sadios,
Te amaremos até a morte,
Anguera querida do nosso Brasil!

Um belo azul te cerca
No alto céu, azul anil,
Tu és independente,
De espírito varonil!

Letra por Gessé Souza Silva e Rodrigues Silva

Melodia por Bernardo da Silva

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Érico Sophia Brandão é um documento vivo, construído de maneira coletiva e democrática, voltado a orientar e fortalecer a identidade institucional da escola dentro do contexto social, cultural e educacional do município de Anguera–Ba. Assumimos que o PPP ultrapassa a função de um simples instrumento burocrático: ele expressa uma visão de mundo, de educação e de sociedade, refletindo os compromissos assumidos pela comunidade escolar na formação de sujeitos críticos, participativos e capazes de intervir positivamente na realidade em que vivem.

Este documento nasce do entendimento de que a escola é um espaço essencial de construção de conhecimento, diálogo, acolhimento e transformação. A Escola Municipal Érico Sophia Brandão, inserida em uma cidade marcada por tradições, vínculos comunitários fortes e desafios socioeconômicos próprios da região, compreende que sua função social se amplia quando estabelece relações de confiança com as famílias, quando valoriza a cultura local e quando promove ações pedagógicas que respeitam a diversidade e fortalecem a aprendizagem significativa. Assim, ao apresentarmos este PPP, reafirmamos nosso compromisso com a qualidade da educação pública e com a defesa de uma escola que acolhe, respeita, orienta e inspira.

Compreendemos que a função política do PPP está ligada à capacidade da escola posicionar-se diante dos desafios contemporâneos, assumindo seu papel na formação cidadã, na promoção da equidade e na garantia dos direitos de aprendizagem. Na dimensão pedagógica, ele orienta as práticas de sala de aula, a organização curricular, as metodologias, a avaliação e a gestão do tempo e dos espaços educativos, assegurando que o ensino seja planejado de forma intencional, coerente e articulada. Já a dimensão administrativa integra a infraestrutura, os recursos humanos, os materiais e demais elementos que sustentam o funcionamento da unidade escolar, garantindo que o ambiente esteja preparado para acolher e promover aprendizagens de qualidade.

A Escola Municipal Érico Sophia Brandão reconhece que o cenário educacional atual exige a articulação entre inovação e tradição. Por um lado, a escola precisa atualizar-se frente às demandas trazidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pelas Diretrizes Curriculares da Rede Municipal de Anguera e

pelos avanços tecnológicos que permeiam o cotidiano dos estudantes. Por outro lado, preserva-se o compromisso com as práticas culturais locais, com o respeito aos saberes comunitários e com a manutenção de vínculos afetivos que historicamente fortalecem o ambiente escolar. Essa combinação entre inovação e identidade local é uma das marcas que desejamos consolidar ao longo deste PPP.

Outro eixo fundamental deste documento é o compromisso com a inclusão, a equidade e o respeito à diversidade. A escola entende que cada estudante traz consigo histórias, experiências, limitações, potencialidades e ritmos próprios, que precisam ser reconhecidos e valorizados. Por isso, defendemos práticas pedagógicas acessíveis, flexíveis e humanizadas, que considerem a realidade de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades, bem como aqueles em situação de vulnerabilidade social. Nosso objetivo é construir uma escola que ofereça oportunidades reais de aprendizagem para todos, garantindo condições de participação e pertencimento.

A gestão democrática também ocupa lugar central no PPP, orientando as práticas de tomada de decisão, o engajamento da comunidade e o fortalecimento dos conselhos escolares, grêmios estudantis e demais instâncias de participação. Acreditamos que a construção da autonomia escolar acontece quando os diferentes atores se percebem corresponsáveis pelos processos e resultados da instituição. Assim, estimulamos um ambiente em que a escuta ativa, o diálogo e a transparência sejam princípios permanentes do cotidiano escolar.

Além disso, este documento apresenta o diagnóstico situacional da escola, construído por meio de análises pedagógicas, avaliações diagnósticas, observações de práticas, escuta das famílias e levantamento de dados estruturais. A partir desse diagnóstico, identificamos conquistas importantes, como o compromisso da equipe pedagógica, o vínculo afetivo entre escola e comunidade e a dedicação dos professores. Ao mesmo tempo, reconhecemos desafios como a necessidade de maior integração entre teoria e prática, fortalecimento da alfabetização, melhoria dos índices de proficiência, formação continuada dos docentes, ampliação do uso de tecnologias e adequações estruturais no edifício escolar. Esses aspectos orientam o planejamento das ações previstas para o ciclo de vigência deste PPP.

Outro aspecto presente neste PPP é a valorização da formação continuada. A Escola Municipal Érico Sophia Brandão reconhece que o professor é sujeito central no processo educativo e, por isso, investe em espaços de estudo, reflexão,

planejamento e aperfeiçoamento profissional. A formação é vista como caminho para aprimorar práticas, fortalecer metodologias inovadoras e criar ambientes de aprendizagem mais dinâmicos e acolhedores.

No campo das relações humanas, destacamos o compromisso com a convivência ética, o respeito mútuo e a construção de uma cultura de paz. A escola entende que educar também significa formar valores, desenvolver habilidades socioemocionais e promover atitudes de empatia, solidariedade e responsabilidade. Assim, práticas de mediação de conflitos, rodas de conversa, projetos de convivência e ações de integração são previstas ao longo deste PPP, sempre com o objetivo de fortalecer os vínculos e favorecer o clima escolar positivo.

Por fim, ao apresentar este Projeto Político Pedagógico, reafirmamos que ele é mais do que um documento: é um guia de ação, um instrumento de reflexão e um compromisso coletivo. Ele será constantemente revisitado, avaliado e atualizado, acompanhando as transformações sociais, as necessidades da comunidade e os desafios emergentes do campo educacional.

O PPP da Escola Municipal Érico Sophia Brandão representa o desejo de construir uma escola cada vez mais humana, inclusiva, democrática e comprometida com o sucesso escolar de todos os estudantes.

Que este documento inspire nossa caminhada, fortaleça nossa identidade institucional e reafirme nossa missão de oferecer uma educação pública de qualidade, capaz de transformar vidas e contribuir para o desenvolvimento integral dos cidadãos de Anguera–Ba.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: Escola Municipal Érico Sophia Brandão

ENDEREÇO: Avenida Felipe Pedreira Brandão, S/N

CEP: 44.670-063

MUNICÍPIO: Anguera-Ba

LOCALIZAÇÃO: Urbana

E-MAIL: emesb@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239 – 6512

CNPJ: 04.960.326/0001-11

CÓDIGO DO INEP: 29090032

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

ETAPAS DE ENSINO: Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Educação de Jovens e Adultos – EJA, Educação Especial e Educação Inclusiva

QUADRO DE PROFISSIONAIS: A escola Municipal Érico Sophia Brandão é composta pelos seguintes funcionários no período do ao letivo de 2025:

FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA ÉRICO SOPHIA BRANDÃO-2025	
GESTÃO	
NÚBIA VIEIRA SOARES SAMPAIO EXPEDITA DE RODRIGUES MACEDO TACIARA DOS SANTOS COSTA	
COORDENAÇÃO	
LUDMILA MARQUES CARDOSO (ARTICULADORA 1º ANO) JUCENILDES SILVA SANTANA (ARTICULADORA DO 2º ANO) IAGO OLIVEIRA SANTOS (ARTICULADOR 3º E 4º ANO) MARIA NILZETE BRAGA DA PAIXÃO ARAÚJO (COORDENADORA DO 5º ANO) MARIA DA CONCEIÇÃO LOBO DE OLIVEIRA ASSIS (COORDENADORA DA EJA) FERNANDA FERREIRA SANTANA (ARTICULADORA DE MATEMÁTICA DO 5º ANO)	
EQUIPE MULTIFUNCIONAL	
BIANCA DE OLIVEIRA VAIANA (PSICÓLOGA) GIRLENE DA CONCEIÇÃO DA SILVA (PSICOPEDAGOGA) MARCIA DOS SANTOS COSTA COUTO (ASSISTENTE SOCIAL)	

AGENTE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	CARGA HORÁRIA	SITUAÇÃO
ANGELO BORGES DA SILVA	30H	EFETIVO
DELIANE PEREIRA CORREIA FERREIRA	40H	CONTRATO
IRAMAIA DOS SANTOS SOUZA	20H	CONTRATO
SECRETARIA	CARGA HORÁRIA	SITUAÇÃO
ANA KARINA CARNEIRO RIOS DE OLIVEIRA	40H	CONTRATO
ANDREA SUZART SANTOS	20H	CONTRATO
HELLEN KEILA VELOSO SILVA NAVARRO	20H	CONTRATO
ISAUQUE JESUS DE PAULA DIAS	20H	CONTRATO
JOÃO MARCOS DE OLIVEIRA LIMA	40H	CONTRATO
LAUDENIZE VELOSO SANTA ROSA	20H	CONTRATO (EJA)
LEONARDO ANTONIO MENDES CORREIA	40H	CONTRATO
MISMÃ VELOSO DA SILVA	30 H	CONTRATO
NORMA SUELY ARAUJO SANTOS	20H	CONTRATO (EJA)
POMPÍLIO SILVA DE QUEIROZ	40H	EFETIVO
GREICE KELLY VIEIRA SANTOS	40H	CONTRATO (EJA)
SERVIÇOS GERAIS	CARGA HORÁRIA	SITUAÇÃO
ANTONIA SANTANA LIMA (ROÇADO)	40H	CONTRATO
ELIELMA DA CONCEIÇÃO SILVA	40H	CONTRATO
LEILA KAILANY OLIVEIRA SANTOS	20H	CONTRATO (EJA)
LÍVIA SILVA SANTOS	20H	CONTRATO
ODINÉIA SANTANA CARVALHO	40H	CONTRATO
MARISA CHADUD COUTO	40H	CONTRATO
ORLINDA DE OLIVEIRA CORREIA	40H	CONTRATO (EJA)
SIDNALVA MENEZES DOS SANTOS SOARES (ARIRI)	40H	CONTRATO
SIMONE LIMA FERREIRA	40H	CONTRATO
REFEITÓRIO- MERENDEIRAS	CARGA HORARIA	SITUAÇÃO
JACIARA PEREIRA DOS SANTOS	20H	CONTRATO
NARMÉLIA ALVES PEREIRA	40H	EFETIVA
NATÁLIA COSTA DE JESUS	40H	CONTRATO
SILENE PEREIRA DOS SANTOS	40H	CONTRATO

TACIANE BARBOSA SANTOS	40H	CONTRATO
VALDIONE DA CONCEIÇÃO	40H	CONTRATO
AGENTE DE PORTARIA	CARGA HORÁRIA	SITUAÇÃO
JEREMIAS BRITO SILVA	20H	CONTRATO
EGÍDIO FERREIRA ARAÚJO	40H	EFETIVO
FELIPE VELOSO	20H	CONTRATO
SALA DE LEITURA	CH	SITUAÇÃO
SÔNIA MARIA DA ROCHA FERREIRA	20H	CONTRATADA
LEILDA PEREIRA RAMOS	20H	CONTRATADA
ROSILAN MAIA	20H	CONTRATADA
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA		
ADRIANO DOS SANTOS	20H	CONTRATO
TAYLLANA CORREIA	20H	CONTRATO
OFICINAS		
ROBSON DOS SANTOS COSTA	20H	CONTRATO
ANTONIO SANTANA DA SILVA	20H	CONTRATO
PROFESSOR AUXILIAR	CARGA HORÁRIA	SITUAÇÃO
ALLANA PINHEIRO OLIVEIRA	40H	CONTRATO
ALANE BASTOS SANTOS	40H	CONTRATO
ALESSANDRA MOREIRA BISPO	40H	CONTRATO
ALINE PEREIRA MARQUES	20H	CONTRATO
ANA CAROLINA DOS SANTOS SAMPAIO	20 H	CONTRATO
EDICLÉCIA FIGUIREDO ALVES	40H	CONTRATO
ELISABETE DA CONCEIÇÃO BATISTA	40H	CONTRATO
EMANUELLY MAIA SOUZA	20H	CONTRATO
FABRÍCIA BORGES LOPES	30H	CONTRATO
FERNANDA FERREIRA LIMA	40H	CONTRATO
GLEISSON CONCEIÇÃO PEREIRA	40H	CONTRATO
GISELE ALVES BARBOSA	20H	CONTRATO
LAHÍS SANTOS SÁ	40H	CONTRATO
TACIARA SANTOS FERREIRA	40H	CONTRATO
THAYLANNE SOUZA SANTOS	40H	CONTRATO
VALÉRIA DE SOUZA EVANGELISTA	40H	EFETIVA
VICTÓRIA PEREIRA DA SILVA	20H	CONTRATO
GEICIANE DOS SANTOS SILVA FERREIRA	20H	CONTRATO
GISELE ALVES BARBOSA	20H	CONTRATO
ELIZONETE CRUZ DE SOUZA	20H	CONTRATO

GEISA KELLER BASTOS OLIVEIRA		40H	CONTRATO
INTÉRPRETE EM LIBRAS			
MÉRCIA HARLEN BATISTA SILVA		40H	CONTRATO
PROFESSORAS SALA DE RECURSOS			
FLAVIA LAVIGNIA HESPANHOL FIGUEIREDO		20 H	CONTRATO
KELLY ALEXANDRINA DE JESUS DOS SANTOS		20 H	CONTRATO
MARLI BEZERRA DA MOTA ALVES		20H	CONTRATO
MARTA FRANÇA SILVA MUNIS DE OOLIVEIRA		20H	CONTRATO
RAFAIELA DE SOUZA SILVA		40H	CONTRATO
AUXILIARES DE CLASSE		CARGA HORÁRIA	SITUAÇÃO
ANA CRISTINA DOS SANTOS COSTA		20H	CONTRATO
CLEIDIANE FERREIRA OLIVEIRA		20H	CONTRATO
GILZETE BASTOS DA CRUZ NASCIMENTO		20H	CONTRATO
MILENA MATOS RODRIGUES QUEIROZ		20H	CONTRATO
SANDRA PEREIRA FIGUEREDO		20H	CONTRATO
SANDRA MARIA BRITO DO NASCIMENTO OLIVEIRA		20H	CONTRATO
SULMARA MACEDO MIGUEL DIAS		20H	CONTRATO
PROJETO ESCOLA VIVA			
ANTONIA RAIMUNDA BASTOS DE OLIVEIRA		20H	CONTRATO
JILMARA CORREIA PEREIRA		20H	CONTRATO
NUBIANE VIEIRA SOARES		40H	CONTRATO
PROFESSORES	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	SITUAÇÃO
ADRIANA OLIVEIRA SANTA ROSA	MAGISTÉRIO	40H	EFETIVA
ADRIANA SALE DA SILVA	PÓS-GRADUADA	20H	CONTRATO
ALDISIA MALAFAIA DE C. MOREIRA	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO COM ESPECIALIZAÇÃO	20H	EFETIVA
ALINE BARRETO LIMA SANTOS	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO COM ESPECIALIZAÇÃO	20H	EFETIVA
ALINE DE SANTANA BONFIM	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO	20H	EFETIVA
ALINE SANTANA FERNANDES	PEDAGOGIA (EM CURSO)	20H	CONTRATO (EJA)
ANA ESMERALDA C. DE FREITAS BRITO	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO COM ESPECIALIZAÇÃO	20H	EFETIVA
ANA PAULA MENDES FERREIRA	MAGISTÉRIO	20H	CONTRATO

BIANCA SANTANA DOS SANTOS	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO (EJA)
CARINE SANTOS SOARES	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO (EJA)
CHYNTIA DE ARAUJO SANTOS	PEDAGOGIA	20H	CONTRATO
CLAUDENICE OLIVEIRA LIMA SANTOS	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO (EJA)
ELIANA SALES DOS SANTOS	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO (EJA)
EMANUELLE SANTANA DE OLIVEIRA	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO (EJA)
FLÁVIA SANTOS SOUZA	NÍVEL SUPERIOR	20H	CONTRATO
FLORA BARBOSA DOS SANTOS	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO COM ESPECIALIZAÇÃO	40H	EFETIVA
GABRIELA DE OLIVEIRA SILVA	PEDAGOGIA	20H	CONTRATO
GEOVANIA SILVA MOTA DOS SANTOS	MAGISTÉRIO	20H	EFETIVA
IOLANDA VELOSO SOUSA	NÍVEL SUPERIOR COM ESPECIALIZAÇÃO	20H	CONTRATO
IRANDI DE MATOS SANTOS	NÍVEL SUPERIOR	20H	CONTRATO
JACIANE DOS SANTOS SILVA	NÍVEL SUPERIOR		CONTRATO
JULIANA DA SILVA CRUZ	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO (EJA)
JUSSARA ARAÚJO LEITE	NÍVEL SUPERIOR	20H	CONTRATO
KAMILLY SILVA OLIVEIRA	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO (EJA)
KELLEN LORRANE SILVA	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO
LÉCIA DE OLIVEIRA LOBO	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO (EJA)
LEIDIJANE BRITO BARBOSA GURGEL	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO COM ESPECIALIZAÇÃO	20H	CONTRATO
LIDIANE MASCARENHAS R. GONÇALVES	NÍVEL SUPERIOR	20H	CONTRATO
LUCIDALVA MENDES CLEMENTE	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO (EJA)
LUSIMARY DE JESUS SANTOS	PEDAGOGIA	20H	CONTRATO
MARIA NÚBIA M. DE CARVALHO SILVA	MAGISTÉRIO	20H	CONTRATO

MARIANA SILVA SANTOS	PEDAGOGIA	20H	CONTRATO (EJA)
MARIDAN SANTOS BISPO	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO	20H	CONTRATO (EJA)
MARÍLIA LUSTOSA B. OLIVEIRA	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO COM ESPECIALIZAÇÃO	20H	EFETIVA
MARILUCE CARVALHO DANTAS	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO COM ESPECIALIZAÇÃO	20H	EFETIVO
MARINÊS MAIA SOUZA	MAGISTÉRIO	20H	CONTRATO (EJA)
MARLENE DOS SANTOS DIAS	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO (EJA)
MISMARA ARAUJO SAMPAIO	MAGISTÉRIO	20H	CONTRATO
NÁGILA DOS SANTOS CARNEIRO	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO (EJA)
NORMA DA SILVA CARVALHO	NÍVEL SUPERIOR	20H	CONTRATO
PATRÍCIA NEVES SANTOS	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO	20H	CONTRATO
RAQUELANE FERREIRA DE OLIVEIRA	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO	20H	CONTRATO
REGINALDO FREITAS ALMEIDA JUNIOR	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	20H	CONTRATO
ROSANA RODRIGUES XAVIER FERREIRA	PÓS-GRADUADA	20H	CONTRATO
ROSANGELA REIS BISPO DE CARVALHO	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO (EJA)
SILMARA SILVA FERREIRA DOS SANTOS	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO (EJA)
SILVAENE PEREIRA SANTOS LIMA	MAGISTÉRIO	20H	CONTRATO
SILVIA BASTOS NUNES MATOS	NÍVEL SUPERIOR	20H	CONTRATO
SINARA VELOSO DA SILVA BATISTA	NÍVEL SUPERIOR	20H	CONTRATO
SUZANA DIAS DE OLIVEIRA	NÍVEL SUPERIOR	20H	CONTRATO
THALITA SAMPAIO LEMOS	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO	20H	CONTRATO
VERA LUCIA DE C. SANTOS CARDOSO	NÍVEL SUPERIOR	20H	CONTRATO
WALLISON FERREIRA CERQUEIRA	NÍVEL SUPERIOR EM ANDAMENTO	20H	CONTRATO
YASMIN CORREIA LEITE	NÍVEL SUPERIOR	20H	CONTRATO (EJA)

1.1 PERFIL IDENTITÁRIO

1.1.1 Função Social: Missão, Visão e Valores

A função social, da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, reside em assegurar um ensino de qualidade, qualidade capaz de formar integralmente cada crianças que adentra os muros da nossa escola. Buscamos ainda ofertar um ensino capaz de contribuir com o desenvolvimento pleno de suas potencialidades nos mais diferentes aspectos, desde os aspectos intelectuais até os aspectos sócio-emocionais e físicos.

Assim, trabalhamos em prol do desenvolvimento de cada educando, tanto no que diz respeito ao acesso a cada etapa de ensino de forma positiva e gradativa, quanto no que diz respeito aos conhecimentos pra vida em sociedade e para as demandas que surgem com os adventos da atualidade.

Desta forma, buscando formar crianças capazes de respeitar seus coleguinhas, e conseqüentemente as demais pessoas a sua volta, buscando formar crianças capazes de opinar e participar da construção do seu próprio aprendizado, despertando em cada uma delas a percepção sobre si mesma, tornando-as mais autônomas e colaborativas.

A Escola Municipal Érico Municipal Érico Sophia Brandão possui como missão, visão e valores:

A **Missão** da nossa escola reside primeiramente na formação integral de cada educando; no fomento de um ensino pautado nos preceitos da diversidade, que seja capaz de incluir cada educando com suas demandas e particularidades; que nossa escola seja um ambiente acolhedor e humanizado, para que cada educando se reconhecer como agente fundamental do desenvolvimento do nosso trabalho educativo; além de fomentar e incentivar a formação continuada dos nossos docentes com o intuito de propor um ensino cada vez melhor e adequado às novas demandas curriculares e pessoas das novas gerações.

A **Visão** pauta-se em alcançar uma educação de excelência através da promoção do desenvolvimento pleno dos nossos educandos com reflexos positivos, não apenas nos instrumentos avaliadores externos e internos, mais também no desenvolvimento cognitivo e pessoal das nossas crianças, desejamos portanto,

tornar a Escola Érico em um espaço de fato capaz de transformar e estimular os nossos educandos através da criatividade, da ludicidade, do brincar, instruindo-os a construir sua própria história com autonomia e responsabilidade.

Os **Valores** da nossa Escola ancora-se na adoção de ações democráticas, éticas, justas e humanas, ações que perpassam desde a recepção dos nossos alunos no portão da escola até à sua estadia na sala de aula e demais ambientes que compõem a estrutura física e pessoal da nossa escola; prezamos pela humildade para ensinar e aprender, buscando valorizar as particularidades e especificidade de cada educando; prezamos também pelo trabalho em equipe e respeito mútuos, buscando ouvir as demandas de cada integrante que forma o nosso recurso humano; e por fim prezamos pela valorização dos nossos profissionais, que trabalham em busca de resultados eficientes e eficazes em prol do desenvolvimento de um ensino de qualidade.

1.1.2 Características e Finalidades

A Escola Municipal Érico Sophia Brandão oferece como Etapas de Ensino, o Ensino Fundamental nos Anos Iniciais, com turmas do 1º ao 5º Ano. As crianças possuem faixa etária entre 06 e 14 anos, a maior parte residente na sede do município e uma pequena parcela são provenientes da zona rural. Quanto a modalidade ensino, oferta Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Especial e Educação Inclusiva.

No público, é natural encontrarmos crianças com realidades sociais, afetivas e cognitivas bem variadas, fato que reflete direta e/ou indiretamente na vida escolar das nossas crianças. Percebe-se a existência de índices de distorção idade x série, visto que a escola conta com crianças de idade até 14 anos.

A participação das famílias na escola ainda é muito baixa, porém pretendemos no ano de 2026 desenvolver ações internas com o intuito de aproximar e fortalecer a parceria entre a escola e a família, pretendemos realizar encontros mensais intitulado “Escola de pais/responsáveis”, com o intuito de informá-los e orientá-los da melhor forma possível em como estes podem ajudar e colaborar com o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos, enfatizando sempre a importância do papel da família no desenvolvimento de cada trabalho realizado pela escola.

Nossa escola está vinculada à Secretaria Municipal de Educação a qual fomenta e fortalece o nosso funcionamento, recebemos apoio também da Secretaria de Saúde, sempre presente na realização dos projetos voltados para a saúde dos alunos e da Secretaria de Desenvolvimento Social. A escola ainda conta com apoio do Conselho do Caixa Escolar que se faz muito significativo na tomada de decisões financeiras, contribuindo com a transparência financeira da nossa escola.

Em virtude de cada elemento aqui evidenciado, buscamos sempre a realização de um trabalho pautado no desenvolvimento de uma educação de fato humanizada, que tenha por finalidade a formação integral dos nossos educandos, buscando a promoção de um espaço cada vez mais acolhedor e inclusivo tendo em vista as demandas e especificidade de cada aluno, enfatizando a valorizando das ações proveniente da realização do trabalho baseado nos aspectos advindos da cooperação e da solidariedade, refletindo no desenvolvimento de atitudes práticas que produzem ensinamentos para o bem viver.

1.2 LINHA DO TEMPO: HISTÓRIA INSTITUCIONAL

A Escola Municipal Érico Sophia Brandão foi fundada pelo Prefeito Armando Sofia Brandão, a partir da necessidade apresentada pela comunidade. Sua primeira denominação foi Grupo Escolar Érico Sofia Brandão. Fundada pelo Decreto nº 269/1987, foi inaugurada no dia 13 de setembro de 1987. Na oportunidade, o Sr. Prefeito Armando Sofia Brandão estava acompanhado por Vereadores, Secretários Municipais, Diretores, Orientadora, Professores, demais autoridades e o público em geral.

A Instituição de Ensino começou a funcionar com cinco salas de aula onde estudavam 220 crianças nos turnos matutino e vespertino. Era ofertado o curso de 1ª a 4ª Série do Ensino Fundamental de 08 anos. Porém, com o aumento da demanda de alunos, tornou-se necessário várias reformas e ampliações ao longo dos anos. A primeira diretora foi a Sr.ª Maria Terezinha Reis de Oliveira que tomou posse no dia 14 de setembro de 1987, conforme Decreto nº 270/87 da Prefeitura Municipal de Anguera, sendo o então Secretário Escolar, o Professor Israel Lima dos Santos Filho.

O Patrono da Escola, Érico Sophia Brandão, nasceu em 14 de julho de 1937, no município de Anguera, filho de Maria da Glória Brandão e Antônio Sofia Brandão.

Érico estudou na Escola Felisberto de Carvalho, localizada na antiga Rua das Flores, hoje Avenida Edvaldo Brandão Correia. Nessa escola só havia da 1ª à 5ª Série do Ensino Fundamental.

Portanto, para prosseguir os estudos, Érico teria que se deslocar até Feira de Santana, mas sem condições financeiras para dar segmento nos estudos, optou por ingressar na vida comercial, tornando-se empresário local conhecido e respeitado por todos. Érico Sophia Brandão faleceu aos 42 anos, no dia 21 de junho de 1980, vítima de um grave acidente de carro na cidade de Feira de Santana, deixando viúva a Sr.^a Lúcia Boaventura Brandão com quem teve 03 filhos.

Atualmente a Escola Municipal Érico Sofia Brandão possui 14 salas de aulas; 01 cantina; 01 refeitório, 04 banheiros, 01 sala do Professor, 01 Sala de Leitura, 01 Secretaria Escolar, 01 Diretoria, 01 salão coberto, 01 sala para Laboratório de Informática, 01 cozinha e 01 refeitório. Conta ainda com os recursos humanos que formam uma rede de apoio, interna e externa, capaz de fomentar o funcionamento da nossa escola, construindo uma história pautada na construção dos diversos tipos de saberes.

1.2.1 Avaliação Institucional

Avaliação institucional é o processo sistemático de coleta e análise de informações para compreender como uma escola está funcionando em múltiplos aspectos, desde o ambiente de aprendizagem até o desempenho dos estudantes e, com isso, apoiar tomadas de decisão evidenciadas em dados concretos. Esse tipo de avaliação deve considerar documentos orientadores como o Projeto Político Pedagógico (PPP), indicadores pedagógicos e contextos sociais da comunidade escolar. Um dos fundamentos teóricos para pensar avaliação institucional é que ela não se reduz a julgamentos de valor sobre desempenho, mas sim oferece elementos para melhoria contínua dos processos educativos.

No Brasil, as avaliações externas complementam a avaliação institucional ao oferecer referências comparativas entre escolas e redes de ensino. O SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), organizado pelo INEP, é um exemplo clássico: ele aplica testes padronizados de Língua Portuguesa e Matemática em escolas públicas e privadas, com periodicidade bienal, e produz um retrato da aprendizagem dos alunos em diferentes etapas da educação básica.

Esses resultados não só mostram o nível de proficiência dos estudantes como são utilizados, junto com dados de fluxo escolar, para compor o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), principal indicador de qualidade educacional no país. O IDEB varia de 0 a 10 e combina desempenho em avaliações externas e taxa de aprovação dos estudantes.

Outras avaliações externas, como o SABE - Sistema de Avaliação Baiano de Educação), iniciativa do Estado da Bahia e o SIGA, são aplicadas internamente pelas redes para acompanhar o desempenho ao longo do ano letivo. Na prática, o SABE complementa o SAEB ao oferecer dados de aprendizagem contextualizados no âmbito estadual, enquanto o SIGA funciona como ferramenta de avaliação periódica das turmas, permitindo que gestores e professores monitorem progressos e dificuldades em tempo real.

A integração desses sistemas cria uma base sólida para a avaliação institucional: por meio de indicadores externos (SAEB e SABE) e internos (SIGA), é possível construir diagnósticos precisos sobre pontos fortes e fracos da escola, favorecer reflexões coletivas no PPP e orientar ações de melhoria pedagógica e organizacional.

Segundo dados oficiais do portal QEdu plataforma que consolida informações públicas sobre educação no Brasil, a Escola Municipal Érico Sophia Brandão apresenta um IDEB de aproximadamente 6,75 nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esse valor é superior a muitas médias municipal e estadual e indica um desempenho positivo considerando a escala de 0 a 10.

No contexto da rede municipal de Anguera, iniciativas como a campanha “Rumo ao SABE/SAEB”, que integrou motivação dos alunos e entrega de materiais pedagógicos antes das avaliações externas, demonstram o envolvimento da comunidade escolar com esses processos avaliativos.

Dados gerais do município também apontam que Anguera tem alcançado resultados educacionais consistentes: o município teve a 8ª melhor nota no IDEB para os anos iniciais na Bahia em edições recentes do SAEB, com destaque para estratégias pedagógicas que fortalecem a aprendizagem.

O uso de avaliações externas não deve se limitar à divulgação de notas. Essas avaliações, quando articuladas com a avaliação institucional, podem orientar políticas educativas mais eficazes. Por exemplo, no caso da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, há oportunidades claras de fortalecimento em diversos aspectos:

1. Análise aprofundada dos resultados por componente curricular: Os dados do SAEB e SABE permitem identificar em quais áreas, por exemplo, a leitura ou matemática, os estudantes apresentam maior dificuldade. A gestão pode, então, elaborar planos de intervenção pedagógica específicos, com formação continuada de professores e uso de metodologias ativas que reforcem competências identificadas como insuficientes.

2. Integração dos resultados com o PPP e as práticas avaliativas internas: Ao alinhar as descobertas das avaliações externas com o PPP, gestores e equipes docentes podem ajustar metas e estratégias pedagógicas que contemplem não apenas desempenho em testes, mas também desenvolvimento integral dos estudantes, fortalecendo práticas avaliativas formativas que acompanhem o ritmo de aprendizagem diário.

3. Fortalecimento da participação da comunidade escolar: Envolver famílias, conselhos escolares e estudantes nos processos avaliativos contribui para que a comunidade compreenda o significado de cada indicador e colabore com a construção de soluções coletivas para desafios detectados.

4. Aprimoramento da avaliação contínua (SIGA): Utilizar resultados parciais do SIGA ao longo do ano facilita intervenções tempestivas, antes da ocorrência das avaliações externas permitindo correções no percurso educativo e aumento do protagonismo docente no processo avaliativo.

5. Uso estratégico dos dados para ampliar equidade: Indicadores como taxa de aprovação, distorção idade-série ou abandono escolar devem ser monitorados e confrontados com perfis socioeconômicos dos estudantes, para que as ações sejam calibradas de acordo com as necessidades de cada grupo e promovam maior equidade nas oportunidades de aprendizagem.

6. Avaliação institucional e avaliações externas como SAEB, SABE e SIGA não são fins em si mesmos, mas ferramentas que, bem articuladas, permitem diagnosticar, planejar, monitorar e ajustar práticas educativas com foco na melhoria da aprendizagem.

7. Na Escola Municipal Érico Sophia Brandão, os indicadores atuais revelam um IDEB sólido nos anos iniciais e participação ativa em avaliações externas, reflexo de um compromisso da gestão e da comunidade escolar com a qualidade da educação. A continuidade desse trabalho, com foco em análises detalhadas, usa de dados para decisões estratégicas e envolvimento de todos os atores educacionais,

podem elevar ainda mais os resultados e ampliar o impacto das avaliações como instrumentos de transformação educativa.

ANO: 2015

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
5º	4,7	194,76	3	5,39	203,46	4	5,39	5,39

Fonte: Qedu (2025).

ANO: 2017

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
5º	5,2	197,56	3	5,5	206,53	4	5,5	5,5

Fonte: Qedu (2025).

ANO: 2019

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
5º	4,6	187,94	3	5,24	201,94	4	5,24	5,24

Fonte: Qedu (2025).

ANO: 2021

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
5º	5,0	187,49	3	5,02	191,20	3	5,02	5,02

Fonte: Qedu (2025).

ANO: 2023

ANOS INICIAIS

SÉRIE	NOTA DO IDEB	LÍNGUA PORTUGUESA			MATEMÁTICA			APROVAÇÃO
		PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	PROEFICIÊNCIA	NÍVEL	APRENDIZADO	
5º	6,8	227,63	5	6,75	243,73	5	6,75	6,75

Fonte: Qedu (2025).

Percebe-se, a partir desse histórico, um avanço claro do IDEB nos últimos ciclos divulgados para a escola, especialmente quando se compara com dados anteriores. O salto para 6,75 em 2023 representa não só o cumprimento das metas pactuadas no âmbito nacional e municipal como também uma aproximação da escola com padrões de qualidade que refletem práticas pedagógicas robustas e continuidade na aprendizagem dos alunos.

Essa trajetória sugere algumas interpretações importantes:

1. Capacidade de reação e melhoria pós-pandemia: mesmo com rupturas no processo educativo causadas pela pandemia da COVID-19 que impactaram os resultados educacionais em todo o país, a Escola Érico Sophia Brandão conseguiu reconquistar e superar patamares de desempenho pré-pandemia, conforme evidenciado pelo avanço no IDEB em 2023. Isso pode estar diretamente ligado a estratégias pedagógicas eficazes, maior apoio docente e ações motivacionais junto aos estudantes.

2. Qualidade docente e regulação pedagógica: índices robustos de IDEB como os observados indicam que a escola conseguiu equilibrar taxas de aprovação escolar com o desempenho real dos estudantes nas avaliações externas como o SAEB, algo que reflete não apenas a aplicação eficiente de conteúdos curriculares, mas também boas práticas de recuperação e acompanhamento pedagógico.

3. Continuidade das ações de melhoria: embora a escola venha obtendo boas notas mais recentes, há indícios de que ciclos anteriores (como 2015 e 2019) não tiveram dados divulgados consistentemente uma lacuna que deve ser compreendida não como uma queda abrupta, mas como uma limitação estatística que merece atenção da gestão escolar para garantir maior participação e representatividade nas avaliações externas.

Os dados do IDEB ao longo dos ciclos avaliativos revelam que a Escola Municipal Érico Sophia Brandão construiu, de forma progressiva, um patamar consistente de qualidade educacional, evidenciado pelo desempenho mais recente acima das referências nacionais para os anos iniciais. Esse resultado não deve ser visto como ponto de chegada, mas como base para aprofundar uma cultura de gestão orientada por evidências, na qual o acompanhamento contínuo da aprendizagem, a formação docente e a participação efetiva dos estudantes nas avaliações externas se tornem práticas permanentes. Assim, a escola fortalece sua

capacidade de responder aos desafios pedagógicos com ações planejadas, coerentes com o PPP e alinhadas às demandas reais da comunidade escolar.

2. CONCEPÇÃO DE SER HUMANO, SOCIEDADE E CULTURA

A concepção institucional de ser humano, sociedade e cultura parte do entendimento de que o indivíduo é um sujeito social, histórico e cultural, constituído nas interações com o meio em que vive. Essa visão considera que o desenvolvimento humano não é um processo isolado, mas ocorre por meio da participação ativa nas práticas sociais. Vygotsky (1998, p. 43) afirma que “o desenvolvimento do indivíduo depende das relações sociais nas quais está inserido”, reforçando que a identidade humana se forma na troca, no diálogo e na vivência coletiva. Assim, o ser humano é compreendido como um sujeito singular, dotado de potencialidades, mas também profundamente influenciado pelo contexto socioeconômico, cultural e familiar.

Nesse sentido, a sociedade é entendida como um espaço dinâmico, plural e marcado por transformações contínuas. Não se trata de um conjunto homogêneo, mas de uma realidade marcada pela diversidade, pelas desigualdades e pelas múltiplas formas de organização social.

Santos (2006, p. 39) destaca que “não há experiência social que não esteja situada historicamente”, o que implica que toda ação educativa deve considerar o tempo, o lugar e os grupos sociais envolvidos no processo formativo. A escola, portanto, assume papel fundamental ao reconhecer que seus sujeitos trazem histórias, identidades e vivências distintas, que precisam ser acolhidas e valorizadas.

A cultura, por sua vez, é compreendida como um sistema simbólico constituído pelas práticas, valores, crenças, conhecimentos e modos de vida produzidos coletivamente. Geertz (1989) define cultura como teias de significados que o próprio homem tece e nas quais está enredado, enfatizando que ela não é apenas um conjunto de tradições, mas uma forma de interpretar e dar sentido ao mundo. No âmbito educacional, tal concepção indica que a escola deve promover o diálogo entre diferentes culturas, valorizando as expressões locais, regionais e nacionais, sem desconsiderar a influência da globalização nas identidades contemporâneas.

Integrar a visão de ser humano, sociedade e cultura significa assumir uma educação comprometida com a formação crítica, ética e emancipadora. Para Freire (1996, p. 43), “ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”, o que destaca a educação como processo dialógico, no qual o conhecimento é construído coletivamente e sempre vinculado à realidade social. Dessa forma, a instituição escolar tem como compromisso a valorização da dignidade humana, a promoção da equidade e o respeito à diversidade cultural, considerando que somente assim é possível contribuir para a formação de sujeitos conscientes e atuantes na transformação da sociedade.

Ao adotar essa concepção institucional, a escola reforça seu papel social de espaço de convivência democrática, de construção de identidades e de fortalecimento dos laços sociais. Reconhecer a complexidade que envolve o ser humano e suas relações com o mundo é essencial para desenvolver práticas pedagógicas que contribuam para a autonomia, o pensamento crítico e a participação cidadã dos estudantes.

2.1 EDUCAÇÃO INTEGRAL, ESCOLA E ENSINO.

A concepção institucional de educação integral, escola e ensino adotada pelo sistema municipal de Anguera orienta-se pela promoção do desenvolvimento pleno do sujeito em suas dimensões cognitiva, socioemocional, cultural e corporal. Nesse entendimento, a educação integral não se reduz a ampliação de horas na escola; ela pressupõe práticas pedagógicas articuladas que integrem saberes escolares e não escolares, valorizem a diversidade sociocultural dos estudantes e favoreçam experiências educativas que ampliem possibilidades de ação e participação social. Essa orientação aparece de maneira explícita no Documento Curricular Referencial Municipal, que apresenta a integração entre os objetivos de aprendizagem e as competências socioemocionais como eixo para a organização do currículo local. (DCRM, 2020).

A escola, nesse modelo, é pensada como espaço de convivência democrática e formação cidadã, cuja função vai além da transmissão de conteúdos para incluir a formação de sujeitos críticos e autônomos. As diretrizes municipais enfatizam a necessidade de articulação entre currículo, projeto político-pedagógico e práticas avaliativas formativas, de modo que o ensino favoreça a investigação, a

problematização da realidade e a resolução de problemas concretos, em diálogo com as realidades locais e com as exigências da BNCC. Assim, o planejamento escolar deve ser contextualizado, com ênfase em projetos interdisciplinares que aproximem os estudantes de questões ambientais, comunitárias e culturais do território (DCRM, 2020).

No que tange ao ensino, a concepção adotada privilegia a articulação entre habilidades e competências previstas na BNCC e os referenciais estaduais e municipais, garantindo continuidade vertical e progressão das aprendizagens. O DCRM de Anguera orienta a seleção e organização dos conteúdos a partir de núcleos de aprendizagem significativos, integrando linguagens, processos investigativos e práticas do cotidiano, e recomendando estratégias diversificadas de ensino-aprendizagem (aprendizagem baseada em projetos, ensino por investigação, oficinas temáticas). Essa articulação busca assegurar que as aprendizagens essenciais da BNCC sejam alcançadas, respeitando, porém, as especificidades locais definidas no DCRB e no próprio DCRM (DCRM, 2020).

A Escola Municipal Érico Sophia Brandão, integrante da rede pública de ensino do município de Anguera, reconhece como essenciais para a consolidação da Educação Integral as iniciativas estruturantes promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, especialmente a **Feira do Conhecimento**, os **Jogos Escolares** e o **Concurso Escrita Criativa**. Essas ações dialogam diretamente com o Projeto Político-Pedagógico da escola ao articular aprendizagem acadêmica, formação cidadã e valorização dos contextos socioculturais da comunidade atendida.

A **Feira do Conhecimento**, realizada anualmente desde 2014, configura-se como um espaço de culminância pedagógica no qual a Escola Municipal Érico Sophia Brandão socializa os projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo, fortalecendo a integração entre estudantes, educadores, famílias e comunidade local. Nesse ambiente, os alunos apresentam produções científicas, artísticas e culturais que estimulam o protagonismo juvenil, o pensamento investigativo e a articulação entre os conteúdos curriculares e a realidade social do município.

Em 2025, o estande da escola destacou as ações do projeto “O fantástico mundo da leitura e escrita: Cuidando do nosso planeta para um futuro melhor”, evidenciando práticas criativas de incentivo à leitura e à escrita, a valorização dos

saberes já consolidados, a conscientização sobre a preservação ambiental e o papel da ludicidade como estratégia de aprendizagem.

Os **Jogos Escolares**, implantados na rede municipal em 2016, assumem papel relevante na formação dos estudantes da Escola Municipal Érico Sophia Brandão ao promover o esporte e a educação física como práticas educativas que favorecem a convivência, o respeito às diferenças, a disciplina, a cooperação e a adoção de hábitos de vida saudáveis. Essas vivências contribuem diretamente para o fortalecimento de competências socioemocionais, ampliando as oportunidades de desenvolvimento integral em todas as etapas de ensino ofertadas pela unidade escolar.

O **Concurso Escrita Criativa**, que substituiu o tradicional concurso de redação, integra as ações voltadas à consolidação da leitura, da escrita e do letramento, contemplando desde o Ensino Fundamental até a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A proposta incentiva a produção textual em múltiplos gêneros, estimulando a expressão pessoal, o pensamento crítico e a ampliação do repertório linguístico dos estudantes, sempre respeitando suas vivências, identidades e contextos socioculturais.

Essas iniciativas, articuladas ao cotidiano pedagógico da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, fortalecem o currículo escolar e reafirmam o compromisso com uma educação pública inclusiva, contextualizada e socialmente referenciada, em consonância com os princípios do Projeto Político-Pedagógico do município de Anguera e com a perspectiva de formação integral dos estudantes.

2.2 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E TRABALHO

Escola Municipal Érico Sophia Brandão compreende que ciência, tecnologia e trabalho constituem dimensões fundamentais para a formação humana e para a participação crítica e responsável dos estudantes na sociedade contemporânea. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) orienta que a educação deve favorecer o desenvolvimento de competências que possibilitem aos alunos compreender o mundo científico e tecnológico, analisando fenômenos, avaliando informações e tomando decisões de forma ética e fundamentada. Em consonância, entendemos que a ciência não é apenas um conjunto de descobertas, mas um modo

de pensar e investigar a realidade, fortalecendo o protagonismo estudantil e a construção autônoma do conhecimento.

O DCRM (2020) reforça que a escola precisa integrar ciência, tecnologia e trabalho como eixos articuladores do currículo, considerando as vivências sociais, culturais e territoriais dos estudantes, haja vista que destaca o papel da ciência como expressão cultural e histórica da humanidade, produzida de forma coletiva e orientada para a melhoria da vida em sociedade. Assim, nossa escola compreende que ensinar ciência implica reconhecer a diversidade de saberes, valorizar a pesquisa, incentivar a curiosidade e ampliar as possibilidades de leitura do mundo.

A integração entre tecnologia e aprendizagem assume centralidade em um contexto no qual as ferramentas digitais modificam práticas sociais, modos de comunicação e formas de trabalho. A BNCC indica que as tecnologias devem ser compreendidas como instrumentos culturais que ampliam a capacidade de criação, expressão e resolução de problemas.

Nesse sentido, adotamos a tecnologia para promover letramentos múltiplos, pensamento crítico e inovação. Autores como Kenski (2012) destacam que o uso pedagógico das tecnologias possibilita repensar metodologias, ampliar espaços educativos e favorecer aprendizagens mais significativas.

No que se refere ao trabalho, compreendemos que ele representa um princípio educativo, como defendido por Saviani (2012), pois permite que o estudante estabeleça relações entre teoria e prática, desenvolvendo competências para atuar na sociedade e compreender os processos de produção da vida.

O DCRM reforça que o currículo deve promover a reflexão sobre diferentes formas de organização do trabalho, suas transformações históricas e seus impactos sobre as relações sociais e ambientais. Dessa maneira, valorizamos projetos pedagógicos que aproximam os estudantes do mundo do trabalho, sem reduzir a educação à formação técnica ou imediatista, mas ampliando sua visão de mundo, cidadania e responsabilidade social.

Assim, a concepção institucional de ciência, tecnologia e trabalho na Escola Municipal Érico Sophia Brandão orienta-se por uma educação crítica, inclusiva e humanizada, que reconhece os estudantes como sujeitos capazes de interpretar, transformar e participar ativamente da sociedade. Ao articular conhecimento científico, tecnologias digitais e compreensão histórica do trabalho, fortalecemos um

projeto pedagógico comprometido com a autonomia, a criatividade e a formação integral.

2.3 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

A Escola Municipal Érico Sophia Brandão compreende o currículo como uma construção social, histórica e cultural que orienta as práticas educativas e dá sentido às aprendizagens dos estudantes. Mais do que um documento prescritivo, o currículo é entendido como um espaço vivo, em constante diálogo com a realidade da comunidade escolar.

O DCRM (2020) aponta que o currículo deve ser construído de forma contextualizada, articulando conhecimentos científicos e saberes populares, reconhecendo que os estudantes aprendem quando se sentem pertencentes ao processo educativo. Portanto, na nossa escola, compreendemos o currículo como um instrumento de inclusão, que acolhe diferenças, respeita identidades e promove aprendizagens significativas.

Autores como Sacristán (2000) defendem que o currículo é expressão da cultura e dos valores que a escola deseja promover, assumindo papel decisivo na formação dos sujeitos. Já Freire (1996) reforça que o currículo ganha sentido quando se articula à experiência concreta dos alunos, permitindo que eles relacionem conteúdos escolares com os desafios do cotidiano. Essa perspectiva humanizadora fundamenta nosso compromisso de construir um currículo que ultrapasse a simples transmissão de conteúdos, favorecendo o diálogo, a criticidade e a autonomia.

A escola também reconhece que o currículo precisa ser flexível e aberto a revisões contínuas, acompanhando as transformações sociais, tecnológicas e pedagógicas. O DCRM (2020) orienta que o planejamento curricular deve integrar diferentes áreas do conhecimento, incentivar projetos interdisciplinares e promover práticas inovadoras capazes de ampliar as formas de aprender e ensinar. Assim, nossa concepção de currículo valoriza metodologias ativas, projetos integradores, atividades investigativas e experiências que fortaleçam o pensamento crítico, a criatividade e a participação dos estudantes.

Desse modo, o currículo da Escola Municipal Érico Sophia Brandão é compreendido como um projeto coletivo, construído de forma democrática e

comprometido com a formação integral. Ele traduz os valores da escola, acolhe a diversidade dos sujeitos e responde às necessidades do território, buscando formar cidadãos conscientes, éticos e capazes de transformar a sociedade na qual estão inseridos.

Os fundamentos do currículo da Escola Municipal Érico Sophia Brandão orientam-se por uma concepção de educação comprometida com a formação integral dos estudantes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, dotados de potencialidades, histórias e saberes próprios.

O DCRM (2020) reforça que o currículo deve estar alicerçado na diversidade, na equidade e no reconhecimento dos diferentes contextos culturais e territoriais que integram o estado. Essa perspectiva compreende o currículo como espaço de afirmação identitária, valorização da cultura afro-brasileira e indígena, defesa dos direitos humanos e promoção da cidadania, o documento ressalta ainda que o currículo precisa ser contextualizado, flexível e capaz de integrar saberes científicos e conhecimentos tradicionais, refletindo as necessidades reais da comunidade escolar.

Segundo Sacristán (2012), os fundamentos do currículo se relacionam diretamente com o projeto de sociedade que se deseja construir, pois ele expressa intenções educativas, escolhas éticas e compromissos políticos. Já Lopes (2007) reforça que o currículo é sempre resultado de disputas simbólicas e culturais, o que exige da escola uma postura crítica e consciente sobre as práticas pedagógicas que deseja consolidar. Inspirados também em Freire (1996), entendemos que o currículo se fortalece quando promove diálogo, problematiza a realidade e possibilita que os estudantes compreendam seu papel na transformação social.

Nesse sentido, os fundamentos que orientam o currículo da Escola Municipal Érico Sophia Brandão estão ancorados em princípios éticos, democráticos e humanizadores. Defendemos a indissociabilidade entre conhecimento, experiência e contexto, assegurando que o currículo seja vivo, participativo e representativo. A interdisciplinaridade, as metodologias ativas, a valorização da pesquisa e o incentivo ao protagonismo estudantil constituem pilares fundamentais para a organização curricular, alinhando-se tanto às orientações da BNCC quanto DCRB e DCRM.

Os princípios que orientam o currículo da Escola Municipal Érico Sophia Brandão refletem um compromisso com a formação integral dos estudantes, valorizando suas identidades, histórias e potencialidades.

Entre os princípios estruturantes, destacamos a centralidade do estudante, a aprendizagem significativa, a equidade, a inclusão e o respeito à diversidade. O DCRB (2021) reforça que o currículo deve reconhecer e valorizar as diversas identidades culturais, étnicas e territoriais que compõem o estado, promovendo justiça social e igualdade de oportunidades. Em consonância, com o DCRM (2020) defendem que o currículo precisa estar profundamente ligado ao território, às vivências da comunidade e às necessidades concretas dos estudantes, garantindo uma educação contextualizada e culturalmente significativa.

Desse modo, os princípios do currículo da Escola Municipal Érico Sophia Brandão revelam uma visão de educação inclusiva, democrática e humanizada. Eles orientam a construção de um projeto pedagógico que acolhe, valoriza e transforma, garantindo que cada estudante encontre na escola um espaço de pertencimento, diálogo e desenvolvimento pleno.

2.4 CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática da Escola Municipal Érico Sophia Brandão fundamenta-se na participação coletiva, na transparência das decisões e na valorização do diálogo como princípio estruturante da convivência escolar. A BNCC (2018) reforça que a escola deve promover ambientes de aprendizagem pautados por direitos humanos, justiça social e participação ativa dos diferentes sujeitos, reconhecendo que todos estudantes, famílias, professores, funcionários e comunidade têm voz legítima no processo educativo. Assim, compreendemos a gestão democrática como prática cotidiana que se constrói no engajamento, no respeito às diferenças e na responsabilidade compartilhada.

O DCRM (2020) afirma que a gestão democrática é condição essencial para a construção de projetos coletivos e para a garantia de direitos educacionais, enfatizando a necessidade de ampliar canais de participação e promover práticas colaborativas dentro da instituição. Nessa perspectiva, a gestão se realiza em conselhos, colegiados, assembleias, reuniões pedagógicas e na escuta sistemática das famílias, fortalecendo vínculos e tornando as decisões mais coerentes com as necessidades reais do território.

Autores clássicos ajudam a compreender esse sentido ampliado de gestão. Para Paro (2001), a gestão democrática pressupõe que a escola respeite e promova

a participação social, pois o ato de educar envolve relações humanas que não podem ser reduzidas a práticas burocráticas.

Libâneo (2013) sustenta que uma escola democrática precisa de processos transparentes de planejamento, acompanhamento e avaliação, garantindo que todos compreendam e contribuam com o projeto educativo. Já Freire (1996) afirma que a democracia na escola se fortalece quando existe diálogo autêntico, participação crítica e compromisso ético com o outro. Esses princípios fundamentam a visão de que a gestão é um processo essencialmente humano, político e coletivo.

A gestão democrática também se materializa no fortalecimento da autonomia escolar princípio previsto nas legislações nacionais, que permite à escola organizar seu Projeto Político Pedagógico, suas práticas formativas e suas prioridades de forma alinhada ao contexto comunitário. Essa autonomia, entretanto, é entendida como responsabilidade compartilhada, e não como isolamento institucional. Assim, buscamos construir uma gestão que valorize o trabalho pedagógico, incentive a formação continuada dos profissionais, promova relações horizontais e assegure que cada estudante seja acolhido em suas necessidades.

Dessa forma, a concepção de gestão democrática da Escola Municipal Érico Sophia Brandão se fundamenta na participação, no diálogo e no compromisso coletivo com a educação pública de qualidade. É uma gestão que se faz com pessoas, que se humaniza na escuta, que se fortalece no trabalho conjunto e que se compromete com a construção de uma escola justa, plural e acolhedora para todos.

A escola tem como objetivo a excelência, através de uma educação voltada não apenas para o desenvolvimento dos objetos de conhecimento, mais também para uma visão do mundo que a cerca, desse modo, buscamos constantemente meios de integrar os educandos à comunidade através de projetos que viabilizem essa aproximação entre a escola e a comunidade.

A Gestão Democrática em nossa Escola preza pela autonomia, descentralização e pela participação da comunidade, visto que, sua jornada perpassa por muitos caminhos com a finalidade de alcançar o crescimento dos profissionais, dos alunos, a valorização da escola, da comunidade e, conseqüentemente, de toda a equipe que está envolvida no processo educacional.

2.5 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

2.5.1 A pesquisa como Princípio Pedagógico

A pesquisa, como princípio pedagógico, é compreendida pela Escola Municipal Érico Sophia Brandão como uma forma de protagonizar o estudante, valorizando sua curiosidade, sua capacidade investigativa e sua relação ativa com o conhecimento.

A BNCC (2018) destaca que a educação contemporânea precisa desenvolver competências que estimulem a análise crítica, a resolução de problemas e a investigação como caminho para compreender a realidade. Assim, ao adotar a pesquisa como fundamento da prática pedagógica, reconhecemos que aprender é um processo de descoberta, experimentação e construção coletiva.

O DCRB (2021) reforça que a pesquisa deve ser incorporada ao cotidiano escolar como prática que amplia o repertório cultural dos estudantes, aproximando-os dos saberes científicos sem desconsiderar os conhecimentos produzidos em seus territórios.

O DCRM (2020) do município aponta que a pesquisa fortalece o vínculo entre escola e comunidade, uma vez que permite compreender a realidade local e propor soluções para desafios vivenciados pelas famílias e pelo próprio território. Dessa forma, a pesquisa não é vista apenas como método, mas como atitude pedagógica permanente.

Nesse sentido, a pesquisa na Escola Municipal Érico Sophia Brandão se expressa por meio de projetos investigativos, práticas interdisciplinares, estudos do meio, resolução de problemas reais e atividades que aproximam o estudante da vida comunitária. Incentivamos que cada criança e jovem se reconheça como autor do conhecimento e não como mero receptor de informações. A sala de aula torna-se, assim, um lugar de diálogo, exploração, experimentação e criação.

Ao assumir a pesquisa como princípio pedagógico, a escola fortalece uma educação que acolhe diferenças, valoriza experiências, promove a autonomia intelectual e desperta o desejo permanente de aprender. Essa concepção reafirma nosso compromisso com uma formação crítica, humanizada e capaz de preparar os estudantes para interpretar, intervir e transformar a sociedade em que vivem.

2.5.2 O Respeito à Diversidade

O respeito à diversidade constitui um dos pilares fundamentais do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, pois reconhece que cada estudante traz consigo histórias, identidades, culturas, modos de aprender e formas de existir que enriquecem o ambiente escolar.

A BNCC (2018) reforça esse compromisso ao afirmar que a educação deve promover valores de justiça, respeito mútuo e reconhecimento das diferenças como elementos estruturantes da formação humana. Assim, a escola assume o papel de acolher, valorizar e garantir que todas as crianças, jovens e adultos tenham pleno direito a aprender e conviver de forma equitativa.

O DCRM (2020) destaca que o currículo precisa expressar o respeito às diferenças, combatendo todas as formas de preconceito, discriminação e exclusão. Essa orientação se articula com a perspectiva de Freire (1997), que defende uma educação comprometida com a dignidade humana e com a compreensão do outro como sujeito de direitos. Para o autor, o respeito não é um gesto isolado, mas um princípio que orienta práticas pedagógicas inclusivas, dialógicas e éticas.

Nesse sentido, a escola deve garantir que a diversidade presente em sua comunidade, seja ela cultural, étnico-racial, religiosa, de gênero, territorial, geracional ou relacionada às necessidades específicas seja compreendida como riqueza e fonte de aprendizagem.

Assim, no contexto do PPP da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, o respeito à diversidade é entendido como princípio orientador da prática pedagógica e da convivência escolar. Ele se manifesta nas relações diárias, na organização curricular, nas formas de avaliação, na escuta sensível aos estudantes e na valorização da identidade de cada sujeito. Dessa forma, reafirmamos o compromisso com uma educação que promove igualdade, equidade, empatia e humanidade, fundamentos indispensáveis para a construção de uma escola democrática e socialmente justa.

A escola é espaço de promoção da educação e de preparação do indivíduo para viver em sociedade, desfrutando de seus direitos enquanto cidadão e colocando em prática seus deveres enquanto indivíduo atuante e colaborativo em prol da transformação social. Nessa vertente, a escola Érico tem a responsabilidade de fomentar a inserção social de todas as crianças, assumindo uma conduta

respaldada nos direitos humanos.

Assim, o trabalho sobre o respeito à diversidade é um dos princípios que faz parte do nosso trabalho educacional, o mesmo está elencado entre as competências gerais da educação básica prescritas pela Base Nacional Comum Curricular (2018, p. 10) que enfatiza o seguinte:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

O aluno precisa saber que existem diferenças culturais, étnicas, religiosas, entre outras, dessa forma, nossa escola fomenta atividades que fortaleçam o respeito à diversidade presente dentro e fora da sala de aula. Entre essas atividades destacamos as seguintes:

- ✓ Oficinas, dinâmicas e brincadeiras que promovam o diálogo, a integração e o desenvolvimento de valores;
- ✓ Campanhas que tenham o respeito à diversidade como tema;
- ✓ Projeto Identidade, voltado ao incentivo do desenvolvimento da autoestima dos alunos por meio da representatividade;
- ✓ Apresentação de filmes e até mesmo através dos nossos projetos de leitura;
- ✓ Palestras e rodas de conversa;
- ✓ Envolvimento da comunidade escolar em ações que exercitem o respeito à diversidade.

Consideramos de extrema importância que, os nossos alunos aprendam desde cedo que existe uma grande diversidade humana e que o respeito deve ser empregado em qualquer situação da vida. É primordial que cada educando possa se sentir acolhido e que suas diferenças sejam respeitadas por todos.

3 DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1 O PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO

O planejamento pedagógico constitui-se como um dos eixos estruturantes da organização escolar e orienta o trabalho docente de forma intencional, reflexiva e coerente com os objetivos formativos da Escola Municipal Érico Sophia Brandão. Para a BNCC (2018), planejar significa garantir que todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprendizagem, respeitando seus ritmos, suas formas de aprender e os diferentes contextos socioculturais em que estão inseridos. Nesse sentido, o planejamento não é um documento burocrático, mas um processo vivo, coletivo e dialogado, construído para assegurar a aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral dos estudantes.

O DCRM (2020) reforça que o planejamento deve estar alinhado ao projeto político-pedagógico, articulando currículo, metodologias, avaliação e práticas inclusivas. Essas diretrizes apontam que o planejamento é um movimento contínuo que envolve diagnóstico, definição de metas, seleção de recursos e organização das práticas pedagógicas, sempre considerando as demandas reais da comunidade escolar e o contexto social no qual a escola está inserida.

Libâneo (2013) destaca que planejar é um ato político, pois envolve escolhas que impactam diretamente a formação humana. Para o autor, o planejamento pedagógico exige análise crítica, sensibilidade e capacidade de reorganizar caminhos sempre que necessário, já que a prática educativa é dinâmica e se constrói no encontro entre professores, estudantes e conhecimento.

O planejamento também se fortalece quando construído coletivamente, pois amplia o diálogo entre os profissionais da escola, favorece a troca de experiências e contribui para práticas pedagógicas mais integradas, contextualizadas e humanizadas. Como lembra Freire (1996), nenhum educador planeja sozinho, já que educar é sempre um ato de partilha, diálogo e escuta. Assim, o planejamento pedagógico assume papel estratégico na promoção de uma educação democrática, inclusiva e comprometida com o sucesso escolar de todos os estudantes.

Dessa forma, na Escola Municipal Érico Sophia Brandão, o planejamento pedagógico é compreendido como um processo contínuo, flexível e colaborativo, que orienta o trabalho docente e fortalece a função social da escola. Ele contribui

para a construção de práticas pedagógicas mais significativas, para a organização do tempo e do espaço escolar e para a garantia do direito à aprendizagem, reafirmando o compromisso da instituição com uma educação pública de qualidade, equitativa e humanizada.

Na escola o planejamento é o guia de orientação da prática, sendo a produção da ação pedagógica intencional, assegurando o processo de ensino e de aprendizagem.

Os objetos de conhecimento que estão no plano de curso são selecionados, pensando em cada ano/série, pontuando sempre os objetivos já alcançados e os objetivos que ainda precisam ser consolidados.

É importante enfatizar que, a escola não se restringe apenas ao que está estabelecido no plano de curso, colocamos em prática também as demandas inerentes ao currículo oculto que surgem a partir das necessidades que precisam ser contempladas para o processo de ensino e aprendizagem, de fato aconteçam. Assim, planejamos reconhecendo e valorizando a pluralidade dos nossos educandos.

Desta forma, avaliamos o que deu certo nas aulas anteriores e o que ainda precisa ser qualificado, é uma das características do nosso planejamento. O professor juntamente com o coordenador pedagógico de seu ciclo pensa e busca juntos, selecionar e propiciar aulas dinâmicas, apresentando uma ordem sequencial, com objetividade, coerência e flexibilidade, assegurando a organização do trabalho docente extinguindo a improvisação das aulas e mantendo uma rotina.

3.2 AVALIAÇÕES PARA A APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem na Escola Municipal Érico Sophia Brandão, fundamenta-se de maneira rigorosa e sistemática nas “**Diretrizes para a Avaliação da Aprendizagem e o Rendimento Escolar**” da Secretaria Municipal de Educação. Esse documento orientador concebe a avaliação como um processo contínuo, diagnóstico, formativo e regulador das práticas pedagógicas, superando a lógica meramente classificatória e assumindo a função de garantir o direito de aprender, a equidade educacional e o desenvolvimento integral dos estudantes, em consonância com a BNCC e com o DCRM.

Do ponto de vista teórico-pedagógico, a escola adota a concepção de avaliação como mediação do processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, o ato de avaliar não se limita à verificação de resultados finais, mas constitui um instrumento de análise da prática docente, de acompanhamento das trajetórias formativas dos estudantes e de tomada de decisões pedagógicas fundamentadas.

O erro é compreendido como parte constitutiva da aprendizagem e a devolutiva pedagógica como elemento essencial para a superação de dificuldades, o fortalecimento das competências e a consolidação das habilidades previstas para cada etapa de escolarização.

Em conformidade com as diretrizes municipais, a rede de ensino de Anguera organiza a avaliação escolar em quatro momentos avaliativos oficiais ao longo do ano letivo, integrados ao calendário escolar e aos registros pedagógicos da escola:

1. Avaliação Diagnóstica – Realizada no início do ano letivo e, quando necessário, no início de cada período avaliativo, tem como finalidade identificar os conhecimentos prévios, as habilidades já consolidadas e as lacunas de aprendizagem dos estudantes. Seus resultados subsidiam o planejamento docente, a organização das turmas, a definição de estratégias metodológicas e a proposição de ações pedagógicas ajustadas às necessidades reais da turma.

2. Avaliação Processual – Desenvolvida de forma contínua ao longo das atividades pedagógicas, por meio de observações sistemáticas, registros em diário de classe, participação em atividades, produções individuais e coletivas, projetos interdisciplinares e autoavaliações. Essa avaliação acompanha o progresso do estudante em tempo real, permitindo intervenções imediatas e replanejamento das ações didáticas sempre que necessário.

3. Avaliação Somativa – Realizada ao final de cada período letivo, tem como objetivo sistematizar e registrar os resultados alcançados pelos estudantes em relação às competências e habilidades previstas no currículo. Utiliza instrumentos diversificados, como provas, trabalhos, produções textuais, apresentações orais e projetos, assegurando que o rendimento escolar seja analisado de forma ampla, coerente e contextualizada.

4. Avaliação Formativa – Constitui-se como eixo estruturante de todo o processo avaliativo e como diretriz institucional da rede municipal. Seu foco não está na atribuição de conceitos ou notas, mas na qualificação da aprendizagem ao longo

do percurso escolar. A avaliação formativa baseia-se na devolutiva pedagógica contínua, no acompanhamento individualizado, na definição de metas de aprendizagem com os estudantes e na proposição de estratégias de superação das dificuldades identificadas. Ela se materializa em orientações, retomadas de conteúdos, atividades diferenciadas, mediações pedagógicas e oportunidades de aprofundamento, assegurando que cada estudante tenha condições reais de avançar em seu processo formativo.

Esses quatro momentos avaliativos compõem um ciclo pedagógico integrado, no qual diagnóstico, acompanhamento, sistematização e mediação formativa se articulam para garantir coerência entre ensino, aprendizagem e avaliação, fortalecendo a intencionalidade pedagógica do trabalho docente.

Os **pré-conselhos de classe** assumem papel estratégico nesse sistema avaliativo. Realizados antes dos conselhos formais, esses encontros reúnem professores, coordenação pedagógica e equipe gestora para análise criteriosa dos dados de aprendizagem, frequência, participação e desenvolvimento socioemocional dos estudantes. O pré-conselho configura-se como espaço de planejamento coletivo e tomada de decisão pedagógica, no qual são definidas estratégias de intervenção, adequações metodológicas e encaminhamentos pedagógicos para assegurar o avanço dos estudantes.

Os **plantões pedagógicos** complementam o processo como instâncias formais de diálogo com as famílias e responsáveis. Nesses momentos, a escola socializa os critérios e os resultados das avaliações, apresenta os avanços e os desafios identificados e orienta sobre formas de acompanhamento das aprendizagens no contexto familiar. Essa prática fortalece a corresponsabilidade entre escola e família, amplia a transparência dos processos avaliativos e reafirma o compromisso coletivo com o desenvolvimento integral dos educandos.

No âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a avaliação segue os mesmos princípios das diretrizes municipais, com adequações metodológicas e organizacionais que respeitam as trajetórias escolares, os saberes prévios e os tempos de aprendizagem dos estudantes dessa modalidade. A avaliação diagnóstica assume centralidade para identificar níveis de letramento, numeramento e competências essenciais; a avaliação processual privilegia a participação, as produções significativas e os registros contínuos; a avaliação somativa consolida os avanços ao final de cada etapa; e a avaliação formativa orienta as intervenções

pedagógicas individualizadas, assegurando oportunidades permanentes de progressão e permanência com sucesso na escola.

A **Escola Municipal Érico Sophia Brandão** integra, assim, esses dispositivos avaliativos ao seu Projeto Político-Pedagógico como um sistema articulado de acompanhamento, mediação e promoção da aprendizagem, reafirmando a avaliação como prática pedagógica essencial para garantir o direito de aprender, fortalecer a inclusão e formar sujeitos autônomos, críticos e socialmente participativos em todas as etapas da educação básica.

3.3 OS TEMAS INTEGRADORES

Educação em direitos humanos é um tema que deve ser debatido no contexto educacional, com vista em informar, instruir, e garantir a disseminação desses direitos a todos os estudantes, utilizando metodologias inovadoras e dinâmicas, tendo em vista o nosso público infantil. Concebemos a escola como um local apropriado para configurar a promoção de debates sobre essa temática de suma importância na vida das nossas crianças.

Pretendemos trabalhar com a ampliação e a promoção de um projeto voltado a referida temática com a intenção de adequar os nossos currículos as novas demandas previstas pelos documentos curriculares referenciais. Assim, buscaremos promover um diálogo, fomentando o acesso a informações que dizem respeito ao tema voltado especificamente ao nosso público infantil.

Para isso, promoveremos o acesso às crianças aos materiais informativos sobre seus direitos e deveres que permeiam desde o ato de brincar até o acesso aos serviços públicos de qualidade como: educação, saúde, moradia, alimentação etc., buscando promover o acesso as informações inerentes a cada cidadão.

Nessa perspectiva, almejamos mediante as atividades escolares, propiciar aos alunos momentos, em que eles possam ter acesso a informações sobre o tema, através do Projeto Direito da Criança, com atividades lúdicas, utilização de vídeos, recortes do ECA, assegurando assim o direito à informação e ao conhecimento. Promovendo situações de aprendizagem contextualizadas e práticas, inerente a vida em sociedade. A temática também será abordada, partindo dos acontecimentos e problemas que por vezes podem surgir na sala de aula mediante algum tipo de conflito.

É importante mobilizar a comunidade escolar para que de fato possamos usufruir de uma educação para todos, não discriminatória e democrática, valorizando a consciência política e cidadã do sujeito da aprendizagem.

Educação para a Diversidade

Pode-se dizer que a escola inclusiva é aquela que aceita e acolhe todas as crianças independentemente de suas condições físicas, sociais, emocionais, intelectuais entre outras. Assim, o nosso papel principal é desenvolver ações pautadas sempre no respeito, conscientização e valorização, para que possamos ser uma escola inclusiva, capazes de educar e transformar a realidade.

Precisamos elencar com maior precisão cada ponto e métodos que fundamentará a aplicação prática do nosso projeto na escola, promovendo e adequando o nosso currículo as prescrições do DCRM de Anguera.

Educação para o Trânsito

A educação para o trânsito é muito importante para a preservação à vida, e isso é sistematizado através do comprometimento e a conscientização dos alunos na utilização correta ao atravessar a rua e se locomover de um lugar para o outro. É função da escola promover essas informações, criando debates em torno da prevenção de acidentes e atenção ao trânsito.

Apesar do município ter um trânsito pacífico com relação ao movimento de carros, ainda assim, temos a necessidade de debater o tema na escola, visto da sua importância para preservação da vida. Visando o progresso das aprendizagens, no desenvolvimento e a ampliação de informações, busca-se despertar em cada educando o cuidado e a atenção no trânsito, conscientizando-os, para que possam conviver com tranquilidade e segurança.

A este respeito, o DCRM de Anguera (2022, p. 54) aborda que:

Dentro desse tema Integrador é necessário chamar atenção para as estatísticas dos acidentes de trânsito, tais como também para a violência que alarmadamente cresce, fazendo assim que o percentual de mortes entre crianças e adolescentes seja assustadoramente ascendente.

Em consonância com a menção trazida pelo DCRM, pretendemos utilizar metodologias dinâmicas e lúdicas além de alguns recursos tais como: notícias locais e globais, respeitando a faixa etária da criança, textos informativos, realização de

pesquisas voltadas para os diversos tipos de sinais de trânsito, entre outros além da realização de atividades práticas e simulativas, dentro e fora do contexto escolar, enfatizando a importância de conhecermos acerca dos sinais de trânsito, respeitar a faixa de pedestre e prestar atenção as sinalizadas nas cidades com tráfegos mais intensos.

Nosso projeto será intitulado, “O trânsito aqui e ali”, com foco nas especificidades locais mais também nos aspectos gerais das grandes cidades, a exemplo de Feira de Santana, tendo em vista que é a cidade maior e mais próxima do nosso município.

Saúde na Escola

A criança é um ser que participa e vivencia de situações diversas em sociedade, sendo influenciada a todo o momento, inclusive pela temática da saúde, tanto individual como coletiva. E como a saúde trata-se de um direito de todos, e em decorrência da sua importância o tema sempre fez parte do nosso currículo, de uma forma bastante intensa, abordado em diversas disciplinas.

Desenvolvido de forma interdisciplinar com o Projeto Institucional de Leitura; também com ações da Equipe Saúde na Escola; e o projeto Alimentação Saudável. Todas essas propostas compartilham e traçam estratégias; levantam diferentes fontes de pesquisa; socializam saberes; desenvolvem atitudes conscientes, contribuindo com os avanços significativos e influenciam na rotina diária dos estudantes, e juntamente com a família são observados através de relatos, mudanças de hábitos que levam a cuidar mais da saúde.

Com esse entendimento o professor busca, conhecer, compreender a realidade e o contexto de cada educando, pensando em práticas pedagógicas, que possam influenciar diretamente na vida do aluno. Nesse sentido, o DCRM de Anguera (2022, p. 56) enfatiza que:

Planejamento de ações sociopedagógicas, de forma transversal, sistemática, contínua e integrada com as demais atividades/ações desenvolvidas pelas unidades escolares, visando à promoção da saúde e prevenção dos agravos, envolvendo toda a comunidade escolar e, principalmente, assegurando o lugar dos estudantes como protagonistas, de forma a contribuir para a melhoria do rendimento na redução do abandono e na evasão escolar.

Pensar nessas práticas pedagógicas a serem desenvolvidas pelos profissionais da educação tem demonstrado através das metodologias que promover situações de aprendizagens contextualizadas parte das experiências dos estudantes, como também temas da contemporaneidade, os objetos de conhecimento, o desenvolvimento de competências promotoras de saúde.

Educação Ambiental

Garantir uma educação global é função da escola e para que se desenvolva essa função é necessário, portanto, englobar informações e estar sempre em busca de saberes necessária a vida do estudante. Promovendo conceitos, ideias, pensamentos opiniões e desenvolvendo habilidades. A escola vem trabalhando com o tema integrador de forma bem intensa e sistemática, pois acreditamos que é um tema que potencializa atitudes.

Adotar atitudes sustentáveis contribui com a manutenção da qualidade de vida e consequentemente do Meio Ambiente, temática bastante discutida nos últimos anos. À medida que a escola demonstra interesse e se preocupa, levaremos os estudantes a potencializar a capacidade de observar, compreender e mudar de atitude, assegurando a escola como incentivadora de boas ações, compreendendo e entendendo como atitudes e hábitos sustentáveis ajudam a preservar a natureza e podem nos garantir uma vida saudável.

O trabalho com projeto educativo é muito rico, pois envolve a interdisciplinaridade, o planejamento em conjunto, a participação ativa e socializada entre todos. Portanto a ideia do Projeto Meio Ambiente, no qual faremos levantamento de dados, pesquisas e estudos locais, construindo procedimentos que permitem sistematizar informações, despertando a curiosidade e a motivação as aprendizagens etc.

Educação Financeira e Para o Consumo

Vivemos em uma sociedade que valoriza o consumismo, comprar, acumular e muita das vezes sem a consciência de evitar gastos desnecessários. E, a escola tem como função desenvolver aprendizagens de conhecimentos, habilidades e valores, utiliza dessa ferramenta para propagar de forma dinâmica e objetiva, dialogando com o alunado a importância da valorização do SER em detrimento do TER de forma interdisciplinar.

A necessidade de conscientização ao consumo consciente se faz necessário na vida das crianças. Como sabemos dessa importante função em debater, a temática na escola, foi pensado em englobar algumas situações didáticas, possibilitando reflexões previsíveis. Trabalhamos com o Projeto Consumo Consciente, no qual foi apresentado textos, propagandas, músicas, leitura de imagens e debates acerca do consumo exagerado das coisas e crescimento da poluição do nosso planeta.

Pretendemos dar continuidade com o projeto, e ampliá-lo também para os aspectos que dizem respeito à valorização do consumo consciente, promovendo a inserção da temática também nas questões das atividades de Matemática, tornando a disciplina mais reflexiva para além do aprendizado dos cálculos matemáticos.

Cultura Digital

Vivemos na era digital, na qual crianças e jovens têm acesso a todo o momento aos diversos tipos de equipamentos eletrônicos e aos diversos tipos de conteúdos e informações. Porém, na maioria das vezes tais recursos não são utilizados de forma positiva, ou seja, de forma que enriqueçam de algum modo os saberes dos alunos.

Dessa forma, pretendemos através do compartilhamento de informações, discussões, textos e rodas de conversas para debater sobre a importância da utilização correta dos dispositivos que compreender as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDICs, de forma favorável ao desenvolvimento tanto do ensino quanto da aprendizagem. Também vamos inserir no planejamento de aula, a utilização por parte dos professores, da data show, confecção de slides, cards, confecção de vídeos no TikTok etc. como um recurso para dinamizar a aula e para realização das atividades por parte dos alunos.

A Cultura Digital, assim como as transformações sociais decorrentes da inserção das tecnologias em meio aos novos hábitos de vida da sociedade, tenha ganhado espaço e a instituição escolar possui grande relevância no papel de orientar os nossos educandos quanto os pontos positivos e negativos decorrentes do contexto digital.

Assim, buscamos desenvolver um trabalho de inclusão e inserção das TDICs em todas as áreas do conhecimento, promovendo o conhecimento aos nossos educandos por meio das ferramentas que eles já utilizam apenas como

entretenimento, fazendo-os refletir acerca dos diversos caminhos que podem ser trilhados por meio das TDICs para fazermos a educação acontecer.

O DCRM (2022, p. 62) reforça-nos que:

Nesse sentido, a inserção do conteúdo, Cultura Digital, na grade curricular das escolas perpassa os campos meramente disciplinares, adentando de forma ampla e prática na vida social, histórica, cultural, política e econômica dos sujeitos, deixando evidente a importância de se pensar o ensino digital de maneira articulada com as ações e representações sociais a nossa volta.

Acreditamos que todas as áreas do conhecimento podem lançar mão de tais recursos como atividade avaliativa, desde um vídeo explicativo acerca de determinado raciocínio matemático até a (re)contação de uma história trabalhada em sala de aula.

3.4 TENDÊNCIA PEDAGÓGICA

A tendência pedagógica sociointeracionista fundamenta-se na compreensão de que o desenvolvimento humano e a aprendizagem ocorrem por meio das interações sociais e culturais estabelecidas ao longo da vida. Essa perspectiva concebe o sujeito como um ser histórico e social, cuja constituição cognitiva não se dá de forma isolada, mas em constante relação com o outro e com o meio. Nesse sentido, o conhecimento é construído coletivamente, mediado pela linguagem, pelos símbolos culturais e pelas práticas sociais, superando concepções individualistas do processo educativo (VYGOTSKY, 2007).

No campo educacional, o sociointeracionismo tem como principal referência a teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky, para quem a aprendizagem antecede e impulsiona o desenvolvimento. O autor destaca que as funções psicológicas superiores se originam nas relações sociais, sendo posteriormente internalizadas pelo indivíduo. Conceitos como mediação, interação social e zona de desenvolvimento proximal (ZDP) tornam-se centrais nessa abordagem, evidenciando o papel do outro, especialmente do professor como mediador do processo de ensino e aprendizagem (VYGOTSKY, 2008).

A prática pedagógica orientada pela tendência sociointeracionista valoriza o diálogo, a cooperação e a problematização como elementos estruturantes do trabalho educativo. O professor deixa de ser mero transmissor de conteúdos e assume a função de mediador do conhecimento, organizando situações didáticas

que possibilitem a interação significativa entre os estudantes e os objetos de aprendizagem. Nessa perspectiva, o erro é compreendido como parte constitutiva do processo de aprender, e não como falha a ser punida, reforçando uma concepção formativa e inclusiva da educação (LIBÂNEO, 2013).

A tendência sociointeracionista também dialoga com concepções pedagógicas críticas, ao reconhecer a educação como prática social comprometida com a formação integral do sujeito e com a transformação da realidade. Paulo Freire contribui para essa abordagem ao enfatizar o caráter dialógico do processo educativo e a centralidade da interação entre educador e educando na construção do conhecimento. Para o autor, ensinar e aprender são movimentos indissociáveis, mediados pela realidade concreta dos sujeitos e por suas experiências socioculturais (FREIRE, 1996).

Por fim, a perspectiva sociointeracionista reafirma a escola como espaço privilegiado de socialização do conhecimento historicamente produzido, promovendo o desenvolvimento cognitivo, social e cultural dos estudantes. Ao articular ensino, interação e contexto social, essa tendência pedagógica contribui para a construção de práticas educativas mais democráticas, significativas e humanizadoras, alinhadas aos princípios da educação inclusiva e ao respeito às diferenças, elementos essenciais para a formação crítica e emancipatória do sujeito contemporâneo (SAVIANI, 2012).

3.5 RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM

A recomposição das aprendizagens é uma ação pedagógica orientada pelas **Diretrizes para a Avaliação da Aprendizagem e o Rendimento Escolar**, documento aprovado pelo **Conselho Municipal de Educação (CME)** e publicado oficialmente pela Secretaria Municipal de Educação, que estabelece as normas e estratégias para avaliação contínua dos estudantes e a garantia da consolidação dos saberes essenciais ao longo do processo educativo.

Essas diretrizes incluem a recomposição da aprendizagem como parte integrante do sistema de avaliação, reconhecendo a necessidade de intervenções pedagógicas planejadas para apoiar os alunos na superação das lacunas de aprendizagem identificadas ao longo do ano letivo.

A importância dessa prática para a educação está na sua função de garantir que todos os estudantes tenham oportunidade efetiva de consolidar competências e habilidades essenciais previstas na **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, reduzindo desigualdades educacionais, fortalecendo a trajetória escolar e promovendo avanços no desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos alunos.

A recomposição das aprendizagens, ao ser organizada de forma contínua e articulada às avaliações diagnósticas e formativas, representa uma resposta pedagógica estratégica às demandas atuais do ensino, especialmente em contextos que exigem atenção à diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem dos estudantes.

O **Projeto Alfabetiza** foi oficialmente lançado em 2025 pela Secretaria Municipal de Educação de Anguera com o foco principal na **leitura, escrita e letramento** dos alunos do Ensino Fundamental. Trata-se de uma força-tarefa implementada em todas as escolas da rede municipal, com o objetivo de intensificar as estratégias pedagógicas voltadas à consolidação da alfabetização. Essa iniciativa foi anunciada como parte das ações imediatas para elevar o desempenho dos alunos, especialmente após a constatação de que apenas 55,95% das crianças estavam alfabetizadas na idade certa (final do 2º ano), número divulgado no Seminário do Sistema Baiano de Avaliação (SABE) em julho de 2025.

Dentro do Projeto Alfabetiza, diversas ações relevantes foram implementadas para apoiar a alfabetização efetiva. Destacam-se:

(1) a **recomposição da aprendizagem**, que prevê momentos de retomada paralela ao calendário letivo para reforçar habilidades não consolidadas;

(2) a utilização do **Sistema Integrado de Gestão da Aprendizagem (SIGA)**, com avaliações diagnósticas em Língua Portuguesa e Matemática, aplicadas em etapas usando os resultados para orientar o planejamento pedagógico individualizado;

(3) e o **Projeto de Intervenção Pedagógica** em algumas escolas, com professores alfabetizadores específicos dedicados a acompanhar de perto alunos com dificuldades na leitura, escrita, letramento e alfabetização matemática, em estreita articulação com as famílias.

Ao final de cada etapa letiva é feito um pré-conselho que tem como objetivo discutir sobre os trabalhos desenvolvidos durante aquela etapa, e sobre os desenvolvimentos das habilidades e competências dos estudantes, também é feito

uma ficha de plano estratégico de cada turma pós, pré- conselho de classe onde são relatados os (Problemas Detectados, Ações Estratégica, Responsável pela Aplicação e Sujeitos da Ação), essas ações são feitas pela coordenação com base em tudo que os professores informam na reunião, também deve ser relatados quais ações serão tomadas para melhor envolver os alunos e alcançarem as habilidades que ficou em defasagem na etapa anterior.

A recomposição da aprendizagem representa um compromisso ético, pedagógico e humano da Escola Municipal Érico Sophia Brandão diante das desigualdades educacionais intensificadas nos últimos anos. Mais do que recuperar conteúdos, trata-se de reconstruir trajetórias, fortalecer vínculos e garantir o direito de todos os estudantes de aprender com qualidade, em seu ritmo e considerando suas experiências e necessidades singulares.

3.6 AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC'S)

A Atividade Complementar (AC) configura-se como um eixo estruturante do processo formativo da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, assumindo um papel estratégico na ampliação dos tempos, dos espaços e das oportunidades educativas, para além da organização tradicional da sala de aula. Mais do que um momento adicional no cotidiano escolar, a AC se consolida como um espaço pedagógico intencional, planejado e articulado ao Projeto Político Pedagógico, voltado ao desenvolvimento integral dos estudantes e à qualificação contínua das práticas docentes.

À luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), que defende a promoção de experiências formativas significativas, integradas e contextualizadas, as AC's se apresentam como um ambiente privilegiado para o exercício da autonomia, da criatividade, do pensamento crítico e do protagonismo estudantil. Nessa perspectiva, as atividades propostas dialogam com os interesses, as vivências e os contextos socioculturais dos alunos, fortalecendo o vínculo entre escola, território e comunidade, ao mesmo tempo em que ampliam o repertório cultural, científico, tecnológico, esportivo e artístico.

O Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM, 2022) reforça esse entendimento ao destacar que as Atividades Complementares desempenham um papel fundamental no fortalecimento das aprendizagens, na promoção da equidade

e na consolidação de vínculos pedagógicos. As AC's, nesse sentido, são concebidas como ações educativas integradas ao currículo, planejadas de forma colaborativa e orientadas por diagnósticos pedagógicos que consideram as necessidades, os avanços e os desafios de cada turma, assegurando uma aprendizagem progressiva, significativa e inclusiva.

Do ponto de vista teórico-pedagógico, autores como Libâneo (2013) e Nóvoa (2009) defendem que a escola contemporânea precisa se constituir como um espaço de formação permanente, no qual os tempos pedagógicos extrapolem a lógica da aula expositiva e se ampliem para momentos de reflexão, planejamento e formação coletiva dos professores. Nessa direção, as AC's na Escola Municipal Érico Sophia Brandão também se afirmam como um espaço formacional docente, favorecendo a troca de experiências, a análise das práticas pedagógicas, o estudo de referenciais curriculares e a construção coletiva de estratégias didáticas mais eficazes e contextualizadas.

Realizadas semanalmente, conforme rotina estabelecida desde o início do ano letivo, as Atividades Complementares contemplam todos os professores em um processo sistemático de planejamento, avaliação e replanejamento. Nesse momento, os docentes elaboram seus planos de aula, selecionam as habilidades a serem desenvolvidas e consolidadas, definem os objetos de conhecimento, os recursos didáticos e os procedimentos metodológicos necessários à efetivação das propostas pedagógicas.

Esse trabalho é orientado pelas matrizes de referência, pelas habilidades previstas na BNCC e pelos objetivos específicos de cada ano/série, com especial atenção aos processos de alfabetização e letramento, assegurando que ocorram de forma contínua, interdisciplinar e socialmente significativa.

Durante a realização das AC's, os professores utilizam o plano de curso como instrumento norteador para potencializar o desenvolvimento dos estudantes por meio de práticas dinâmicas, lúdicas e contextualizadas. Os objetos de conhecimento são selecionados a partir do percurso formativo de cada turma, valorizando tanto as aprendizagens já consolidadas quanto aquelas que ainda demandam aprofundamento, garantindo uma progressão pedagógica coerente, equitativa e alinhada às necessidades reais dos alunos.

Dessa forma, as Atividades Complementares se afirmam, na Escola Municipal Érico Sophia Brandão, como uma estratégia pedagógica essencial para a construção de uma educação humanizada, democrática e transformadora. Elas reafirmam o papel social da escola como espaço de formação integral, de ampliação de horizontes e de fortalecimento da prática docente, contribuindo para a constituição de uma comunidade escolar reflexiva, colaborativa e comprometida com a qualidade social da educação.

3.6 PERFIS ESPERADOS DO PROFESSOR E DO ALUNO

Perfil do Professor

O perfil do professor contemporâneo é concebido como aquele que atua não apenas como transmissor de conteúdos, mas como mediador de aprendizagens e agente transformador de práticas educativas, assumindo um papel articulador entre currículo, contexto escolar e realidade sociocultural dos alunos.

Essa perspectiva dialoga com as concepções de Vygotsky (2008), para quem o processo educativo se dá por meio de interações sociais mediadas, nas quais o professor desempenha papel central ao promover condições propícias para a construção do conhecimento.

No âmbito da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, esse perfil docente está alinhado às diretrizes do DCRM, que valoriza a atuação docente como prática relacional e reflexiva, capaz de responder às necessidades formativas dos estudantes e à diversidade sociocultural presente na comunidade escolar.

O DCRM do município de Anguera orienta os professores a planejarem e implementarem práticas pedagógicas que considerem as experiências e vivências dos alunos, promovendo aprendizagens significativas e contextualizadas. Essa orientação ecoa o pensamento de Libâneo (2013), que enfatiza a necessidade de o professor reconhecer o aluno como sujeito ativo em seu processo de aprendizagem e, por isso, organizar contextos didáticos que permitam a interação, a problematização e a construção conjunta do saber. Assim, o perfil do docente idealizado pelo DCRM é daquele que articula teoria e prática pedagógica, promovendo a autonomia cognitiva dos estudantes a partir de metodologias participativas e cooperativas.

Além disso, a formação continuada e o exercício da docência enquanto prática investigativa são componentes essenciais no perfil do professor proposto pelo DCRM. Essa ênfase na reflexão sobre a prática se aproxima da abordagem de Saviani (2012), segundo o qual o professor deve ser um profissional que problematiza continuamente sua ação pedagógica, aperfeiçoando estratégias de ensino e avaliando suas escolhas à luz dos objetivos educacionais institucionais e das demandas dos alunos. Desse modo, o professor da Escola Municipal Érico Sophia Brandão é chamado a desenvolver competências investigativas que favoreçam a adaptação do currículo às necessidades contextuais e individuais de seus educandos.

Paralelamente, o DCRM (2022) reconhece a importância de o docente atuar como facilitador do desenvolvimento integral do aluno, o que abrange dimensões cognitivas, sociais e emocionais. Essa concepção alinhasse com as reflexões de Freire (1996), para quem o educador deve promover uma educação libertadora que leve em conta as realidades socioeconômicas e culturais dos educandos, favorecendo a construção de sujeitos críticos e autônomos. Nesse sentido, a docência deixa de ser uma prática conteudista para se tornar um processo ético e dialógico, em que o professor se posiciona como mediador entre o currículo formal e as experiências de vida dos alunos.

Por fim, o perfil do professor delineado no DCRM para a Escola Municipal Érico Sophia Brandão incorpora o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) como recurso pedagógico que amplia as possibilidades de ensino e aprendizagem.

Essa dimensão é fundamental para qualificar as práticas docentes diante das exigências contemporâneas de competência digital, conforme apontam estudos sobre educação e tecnologia que destacam a necessidade de os professores integrarem as TDICs de maneira crítica e intencional em suas práticas pedagógicas. Assim, o professor previsto no DCRM assume uma postura profissional dinâmica, reflexiva e comprometida com a formação integral dos alunos, articulando saber pedagógico, tecnológico e contextualizado.

Perfil do Aluno

O perfil do aluno na contemporaneidade é concebido pela literatura educacional como um constructo que contempla não apenas os aspectos cognitivos, mas também os aspectos sociais, culturais e emocionais do estudante. Autores como Saviani destacam que o processo educativo não se esgota na aquisição de conteúdos, mas envolve a formação integral do sujeito, reconhecendo seus saberes prévios e sua inserção sociocultural (SAVIANI, 2012).

No contexto da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, essa concepção ganha corpo no Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera, cuja função é orientar as práticas pedagógicas de modo a potencializar o desenvolvimento pleno dos educandos em múltiplas dimensões, conforme a realidade local e os princípios da educação pública.

Segundo o DCRM (2022) o aluno da rede municipal deve ser entendido como um sujeito ativo, colaborativo e participativo, capaz de construir significado nas suas aprendizagens em interação com o meio e com os pares. Tal concepção dialoga com a perspectiva sociointeracionista, a qual considera que a aprendizagem se dá em contextos sociais e que o conhecimento é construído na relação professor, aluno e comunidade (LIBÂNEO, 2013).

Ao assumir essa visão, a escola reconhece que o aluno não é um receptor passivo de conteúdos, mas um agente que co-constroi saberes significativos em seus percursos formativos, o que deve estar refletido no PPP da Escola Municipal Érico Sophia Brandão documento que explicitamente articula o currículo municipal às práticas escolares.

O perfil do aluno delineado pelo DCRM enfatiza ainda a necessidade de promover aprendizagens que favoreçam competências socioemocionais e cidadania, integradas às diferentes áreas do conhecimento. Essa perspectiva encontra respaldo nas abordagens contemporâneas de currículo, que consideram a educação como espaço de formação integral, comprometida com a preparação dos sujeitos para lidar com um mundo complexo e diverso (APPLE, 2004).

Ao focalizar não apenas o domínio de conteúdos, mas também a reflexão crítica, a interação social e a responsabilidade ética, o currículo municipal de Anguera busca formar alunos com atitudes proativas e habilidades para a vida em sociedade, conforme diretrizes da BNCC, DCRB e DCRM.

Ademais, o perfil dos estudantes da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, conforme descrito no PPP da instituição reflete a realidade sociocultural do município, evidenciando a importância de contextualizar o ensino às vivências e experiências concretas dos educandos (DCRM, 2022).

Essa contextualização é fundamental para que a escola atue como ambiente inclusivo, que respeita as diferenças e valoriza a diversidade cultural dos alunos, promovendo equidade e justiça social no processo educativo (PIMENTA, 2010). Ao reconhecer a diversidade de trajetórias e ritmos de aprendizagem, o currículo orienta a docência a adotar estratégias pedagógicas flexíveis e diferenciadas, ajustadas às necessidades individuais e coletivas dos alunos.

Por fim, o perfil do aluno previsto no DCRM reforça a importância das TDICs e de práticas pedagógicas que estimulem o protagonismo estudantil, a resolução de problemas e o pensamento crítico. Essas competências são essenciais para que os jovens se tornem cidadãos capazes de interagir em contextos digitais, refletir sobre desafios contemporâneos e contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática, sustentável e inclusiva (MORIN, 2000).

No âmbito da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, o desenvolvimento dessas habilidades é contemplado no currículo e nas atividades formativas, evidenciando a intenção de formar alunos preparados para o exercício pleno de sua cidadania.

4. ETAPAS DE ENSINO

4.1 ENSINO FUNDAMENTAL

4.1.1 Anos Iniciais

O Ensino Fundamental tem caráter obrigatório e se traduz como um direito público, subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos. Os objetivos dessa etapa de ensino, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, devem assegurar aos estudantes o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para a vida em sociedade e os benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da população escolar.

Especialmente em relação aos primeiros anos do Ensino Fundamental, os objetivos educacionais estão pautados nos processos de alfabetização e do letramento, no desenvolvimento das diversas formas de expressão e nos conhecimentos que constituem os componentes curriculares obrigatórios.

Diante disso, é necessário garantir o aprendizado e, para tal, o educador deve respeitar as particularidades dos alunos e observá-las constantemente. Pois o educador além de ser um mediador de conhecimentos tem função de estimular à curiosidade do aluno a fim de instigar o protagonismo.

A escola adota formas de trabalho que proporcionam maior mobilidade às crianças na sala de aula, explora com elas mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, utiliza materiais que proporcionem aos alunos o desenvolvimento do raciocínio lógico e conceitual, explorando as diversas dimensões do ato de ler, escrever, ouvir e oralizar.

A alfabetização e letramento são processos que têm suas especificidades e que se complementam para que a leitura e a escrita sejam aprendidas de forma integral e eficiente. O processo de letramento vai além de codificar e decodificar os signos, a busca do uso social, e cada vez mais adentrando na perspectiva do letramento para que estes sujeitos saiam da escola realmente alfabetizados e críticos da sociedade em que estão inseridos.

Eventualmente, os professores se deparam com alunos com dificuldade de aprendizagem que chegam no 2º ciclo sem serem alfabetizados. Sendo assim, a

instituição promove mudanças no método de ensino, estratégias diferentes de estudo e até mesmo a reorganização do espaço físico para contribuir com o progresso do aluno que está com dificuldade de aprendizagem.

Os processos educacionais colaboram para a identificação das dificuldades por meio de planejamentos pedagógicos fundamentados em expectativas de aprendizagem. Portanto, algumas estratégias são desenvolvidas pela Escola Érico para superar as dificuldades dos alunos que apresentam déficit de aprendizagem:

✓ **Identifica as Etapas Iniciais de Construção da Escrita dos Estudantes:**

Os estudantes passam por algumas etapas durante o processo de construção da escrita. Nesse processo de alfabetização, os estudantes percorrem essas etapas, avançando mais rapidamente de uma para outra em alguns casos;

✓ **Faz um diagnóstico da turma:** Em todas as turmas logo no início do ano letivo para sondar em qual etapa cada estudante se encontra, a partir desse diagnóstico o professor deverá fazer seu planejamento e ir realizando novas sondagens de leitura escrita para acompanhar essa evolução;

✓ **Propõe atividades desafiadoras para os alunos de cada etapa da escrita:** É importante garantir que os alunos tenham desafios que os impulsionem a avançar, para isso, uma mesma atividade pode ser oferecida para a turma, porém a depender do nível de escrita dos alunos a atividade pode ter níveis de domínio do sistema alfabético de maior ou menor exigência;

✓ **Realiza trabalhos em grupos nos quais os próprios alunos apoiam uns aos outros:** Um bom mapeamento dos alunos permite organizar atividade em grupo nas quais os alunos com aprendizagens próximas possam apoiar uns aos outros. Isso amplia o conhecimento daqueles que se encontram nas etapas iniciais da alfabetização e fortalece o conhecimento daqueles mais avançados;

✓ **Encoraja os estudantes a todo o momento:** Acreditar que pode aprender é fator crucial para que o aprendizado ocorra e é muito comum os estudantes com processo tardio de alfabetização demonstrarem baixa autoestima. É muito importante o professor criar uma cultura e clima escolar que reconheça e valorize as diferenças de aprendizados existentes na classe, encorajando esses estudantes e dando visibilidade para outras habilidades que eles possam ter;

✓ **Promove uma rotina de apoio individualizado:** É muito importante o professor conhecer e apoiar individualmente cada estudante. Como são muitos

estudantes em uma turma, estabelecer uma rotina de horários nos quais esse apoio ajuda e diminui a ansiedade dos estudantes e até do professor.

Portanto, o Professor é um articulador fundamental na escola: ele deve apoiar a relação entre famílias, alunos e gestores. Deve acolher as diferenças e as considerar no processo de ensino-aprendizagem, reconhecendo que cada estudante aprende de uma forma diferente, tem um contexto próprio e precisa ser reconhecido como indivíduo. Ele deve aprender a conhecer a realidade do aluno, da sua família e da comunidade em que a escola e estes estudantes estão inseridos.

Educadores atenciosos, acolhedores, brincantes, mediadores de aprendizagens criativas, facilitadores das experiências das crianças, conectados com uma Educação contemporânea e cientes da pluralidade, podem trazer para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental entrelaçamentos ricos e valorosos entre currículo, didática e processos de aprendizagem.

4.1.2 Transição do 2º Ano para o 3º Ano

O ciclo da Alfabetização dos Anos Iniciais que inclui do 1º ao 2º ano traz consigo mudanças na rotina escolar do aluno. Nessa etapa, ele desenvolve habilidades e competências que serão aprimoradas ao longo da vida escolar. A Base Nacional Comum Curricular (2018) antecipa o final do ciclo de alfabetização para o 2º ano do Ensino Fundamental.

De acordo com a BNCC, esses alunos deverão estar com suas aprendizagens consolidadas aos 7 anos de idade para que sejam respeitados seus direitos de aprendizagens. Ao final do 2º ano, as crianças deverão ser capazes de ler e escrever, dominar as relações entre grafema e fonemas, saber decodificar palavras e textos escritos, saber ler reconhecendo globalmente as palavras, saibam escrever bilhetes e cartas, em meio impresso e digital.

Diante disso, para que a transição do 2º ano para o 3º ano ocorra de forma satisfatória a Escola promove um diálogo entre os educadores do 2º ano com os educadores do 3º ano apontando os avanços e as dificuldades de cada aluno, bem como o acesso aos relatórios para que o professor tenha conhecimento do desenvolvimento do educando. Assim, possibilitará o professor do ano seguinte, conhecer a realidade em nível de aprendizagem dos alunos e intervir com ações pedagógicas para o avanço da aprendizagem.

Nesse contexto, o diagnóstico inicial do aluno, é um instrumento pedagógico utilizado pela escola para nortear a construção de um planejamento eficaz, mediante os resultados obtidos. Outro ponto fundamental é que são elaboradas atividades que trabalha as habilidades essenciais, que os alunos não conceberam, possui dificuldade ou que precisa avançar de forma a consolidar as aprendizagens.

Uma outra estratégia que a escola também pretende adotar com o apoio da Secretaria de Educação e que é necessário, é articular ações de reforço no turno oposto da aula, para os alunos que mais necessitam de investimentos pedagógicos para avançar na aprendizagem.

4.1.3 Transição do 5º Ano para o 6º Ano

O Ensino Básico é uma etapa muito importante na vida escolar do aluno, além de ser a mais longa, é quando ele passa pelas principais transformações na sua vida, em especial a passagem da infância para a adolescência. Sendo assim, é preciso salientar que, apesar dos desafios, essa transição não deve ser considerada como um problema para a escola, que precisa ser resolvido a qualquer custo.

A transição deve ser encarada como uma oportunidade para ajudar os alunos a compreenderem suas novas responsabilidades e deveres ao avançarem para uma nova fase de suas vidas. Para que se passe por essa fase de transição do 5º para o 6º ano do ensino fundamental com tranquilidade, a escola pretende promover um esforço conjunto de todos aqueles presentes no ambiente escolar.

Nesse contexto, o aluno se depara com situações que não eram comuns nos anos iniciais, pois antes ele tinha, na maioria das vezes, um (a) professor (a) que trabalhava todos os componentes curriculares, entre outras questões inerentes ao contexto do ensino e aprendizagem, passando então a ser orientado por uma maior quantidade de professores, específicos para cada componente curricular.

Portanto, para que essa transição aconteça de forma mais natural possível, a escola Érico pretende promover um momento de diálogo entre os professores da turma juntamente com o gestor e coordenação da escola que irá receber os alunos a fim de: conhecerem o nível de aprendizagem dos alunos, traçarem possíveis ações de acolhimento, tanto quanto reservar uma data no final do ano letivo pra os alunos

visitarem as dependências da escola e conhecer a dinâmica de trabalho dos professores, evitando assim uma grande ruptura no processo de aprendizagem.

Nesta etapa, procura-se ampliar e aprofundar conceitos, considerando o processo de ensino e aprendizagem realizados nos anos anteriores. Nesta perspectiva as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2010, p. 20), na parte que trata do Sistema Nacional da Educação ressalta que:

[...] Mesmo no interior do Ensino Fundamental, há de se cuidar da fluência da transição da fase dos anos iniciais para a fase dos anos finais, quando a criança passa a ter diversos docentes, que conduzem diferentes componentes e atividades, tornando-se mais complexas a sistemática de estudos e a relação com os professores.

Diante disso, segue algumas dicas que a escola pretende adotar para que a passagem do 5º para o 6º ano seja fluída e tranquila para os nossos alunos:

- ✓ No último ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a escola pretende apresentar para os alunos do 5º ano quais serão seus novos professores no ano seguinte, organizando esse encontro em um formato mais informal. Um bate-papo, para que os alunos se sintam à vontade para questionarem e exporem seus anseios;

- ✓ Nessa ocasião, os professores dos anos finais devem aproveitar para apresentar seu modo de trabalho e outros pontos. Assim, eles ajudam os alunos a diminuir a ansiedade do primeiro dia de aula no ano seguinte;

- ✓ Selecionar algumas aulas e começar a introduzir algumas características do Ensino Fundamental (anos finais) em sala. Por exemplo, é comum que o aluno aprenda a preencher gabaritos de questões objetivas. O professor, então, pode já passar algum teste em que os estudantes precisem preencher um gabarito e observar como eles se saem, que dúvidas surgem e quais os principais problemas identificados para que sejam melhor trabalhados no 6º ano;

- ✓ Propor para a escola a criação de uma cartilha com todas as informações que o aluno do 5º ano vai precisar para receber o 6º ano da melhor forma possível. A cartilha pode contar ainda com uma explicação da diferença entre as etapas do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais. Podem estar presentes as demais mudanças que vão ocorrer na escola, como ter professores especialistas, currículo com mais componente curricular, troca de espaços etc.;

✓ Sugerir a escola que irá receber os alunos que no primeiro dia de aula dos alunos do 6º ano realizar uma acolhida diferente. Recepcioná-los com palestras, rodas de conversas e um lanche diferente pode ser uma boa estratégia. Aproveitar esse momento para explicar novamente a mudança no perfil dos professores e apresentá-los aos alunos. É válido falar das alterações na estrutura curricular e comentar sobre o funcionamento dos componentes curriculares.

Portanto, pensar no aluno como um todo é um trabalho de contínuas reflexões e observações. A instituição que recebe alunos do 6º ano deve estar atenta para esta nova clientela e focar o trabalho que realizar. Estas observações levam a perceber se estes apresentam algumas falhas no processo de aprender.

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A política de Educação Inclusiva na Escola Municipal Érico Sophia Brandão fundamenta-se no compromisso de reconhecer cada estudante como sujeito de direitos, valorizando suas singularidades e assegurando que todos tenham acesso, participação e aprendizagem em condições de equidade.

A BNCC (2018) reafirma esse princípio ao orientar que o currículo brasileiro deve garantir oportunidades reais para que todos os alunos desenvolvam competências essenciais, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, emocionais, sociais ou culturais. A inclusão, portanto, não é apenas um eixo pedagógico: é um princípio ético e humano que orienta a ação da escola.

O DCRM (2020) destaca que uma escola inclusiva deve eliminar barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais para viabilizar um ambiente escolar acessível, acolhedor e aberto às diferenças. Nesse sentido, a escola precisa revisar suas práticas, seus tempos e suas metodologias, adotando estratégias diversificadas que favoreçam a participação efetiva de todos. Essa perspectiva rompe com o modelo histórico de segregação escolar e fortalece a construção de uma cultura institucional que celebra a diversidade humana.

Autores clássicos da inclusão trazem contribuições fundamentais para a consolidação dessa política. Mantoan (2003) defende que a inclusão não se resume à matrícula do aluno na escola regular, mas implica transformar o modo de ensinar para que todos aprendam, ampliando o olhar sobre as múltiplas formas de desenvolvimento. A inclusão é um processo contínuo que exige mudanças culturais, estruturais e pedagógicas para garantir que cada estudante viva a escola em plenitude.

Assim, no contexto da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, a política de Educação Inclusiva precisa assumir uma postura proativa e comprometida com a equidade, construindo práticas que respeitem o ritmo de cada aluno, promovam a aprendizagem colaborativa e fortaleçam o sentimento de pertencimento. A escola deve garantir o Atendimento Educacional Especializado (AEE), promover formação continuada dos docentes e assegurar recursos pedagógicos que possibilitem o

desenvolvimento integral. Mais do que cumprir determinações legais, trata-se de cultivar um ambiente de sensibilidade, respeito e responsabilidade compartilhada.

A inclusão é, portanto, uma escolha ética e política. É compreender que cada estudante com suas habilidades, características e modos únicos de ser é parte indispensável da vida escolar. E é nesse reconhecimento que a escola se torna verdadeiramente humana, democrática e transformadora.

A concepção de Escola Inclusiva na Escola Municipal Érico Sophia Brandão parte da compreensão de que a educação é um direito inegociável e que todos os estudantes com ou sem deficiência, transtornos, altas habilidades ou vulnerabilidades diversas devem viver a escola de forma plena, participativa e digna.

No contexto da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, a concepção de Escola Inclusiva precisa materializar-se em práticas cotidianas que acolham afetivamente, reconheçam identidades e promovam equidade. Isso inclui o uso de metodologias ativas, materiais adaptados, recursos de tecnologia assistiva, formação continuada dos docentes e uma postura coletiva de sensibilidade e comprometimento. A escola deve ser espaço de pertencimento, onde cada criança e adolescente se reconheça como parte essencial da comunidade escolar.

Assim, assumir a inclusão como concepção orientadora significa afirmar que a escola é lugar de todos, sem exceções. É acreditar que cada estudante tem algo valioso a oferecer e que a convivência com a diversidade enriquece a aprendizagem, fortalece laços humanos e torna a educação verdadeiramente democrática. A escola inclusiva é, portanto, uma construção diária, coletiva e profundamente ética.

Para o enfrentamento de todas as formas de discriminação, para o combate ao preconceito e a descaracterização das capacidades e habilidades discentes, que coloca as limitações à frente da compreensão de ser humano, de direito, de igualdade, é que a escola deve assumir a postura inclusiva e não apenas integradora.

As propostas inclusivas devem ter na essência de suas intenções, no Projeto Político Pedagógico, no planejamento didático e no próprio projeto de cidadania a que se pretende formar, pensar as mudanças transformadoras e dar novos rumos aos projetos de vida desses alunos.

Os princípios orientadores da Educação Inclusiva na Escola Municipal Érico Sophia Brandão constituem a base ética, pedagógica e política que sustenta o compromisso da instituição com o direito inalienável de todos aprenderem.

Entre os princípios que fundamentam essa concepção destaca-se, primeiramente, o princípio da igualdade de oportunidades, que, conforme Mantoan (2003), não significa tratar todos da mesma forma, mas oferecer condições diferenciadas para garantir que todos possam aprender. Em complemento, o princípio da valorização da diferença reconhece que cada aluno possui modos próprios de aprender, e que essas diferenças não são obstáculos, mas potências que enriquecem as interações escolares (VYGOTSKY, 1998).

Outro princípio essencial é o da eliminação de barreiras, afirma que a inclusão exige transformações estruturais e atitudinais, rompendo com modelos rígidos e segregadores. Nessa mesma direção, a escola precisa assumir o princípio da acessibilidade integral, que envolve não apenas acessibilidade física, mas pedagógica, comunicacional e metodológica assegurando que todos possam participar plenamente das atividades escolares.

Além disso, o princípio da corresponsabilidade reforça que a inclusão não é tarefa isolada do professor ou do AEE, mas compromisso coletivo de toda comunidade escolar gestão, docentes, equipe técnica, estudantes, famílias e parceiros institucionais.

Assim, os princípios orientadores da Educação Inclusiva na Escola Municipal Érico Sophia Brandão traduzem uma visão de escola comprometida com a dignidade humana, com o reconhecimento das singularidades e com a construção de práticas pedagógicas equitativas.

A inclusão não é apenas uma exigência legal, mas uma atitude ética que reafirma o direito de cada estudante de existir, aprender e participar plenamente da vida escolar. É na vivência cotidiana desses princípios que a escola se fortalece como espaço verdadeiramente democrático, acolhedor e transformador.

Entre os indicadores metodológicos da avaliação inclusiva destaca-se o uso de instrumentos diversificados, tais como registros reflexivos, observações sistemáticas, portfólios, produções escritas, atividades práticas, rodas de conversa e avaliações adaptadas. Esses instrumentos permitem captar diferentes manifestações de aprendizagem e ampliam as possibilidades de participação.

O DCRM orienta que a avaliação deve dialogar com o currículo e com as

práticas pedagógicas, garantindo coerência entre o que se ensina, o que se vivencia e o que se avalia.

Outro indicador essencial é a avaliação diagnóstica, utilizada tanto no início quanto ao longo das atividades para identificar necessidades específicas, orientar o planejamento e ajustar estratégias de ensino. Essa avaliação é fundamental para que o processo seja realmente formativo, pois oferece ao professor elementos para reorganizar sua prática e apoiar cada estudante de maneira singular.

Por fim, a avaliação inclusiva deve ser orientada pelo princípio da equidade, que implica oferecer ao estudante as condições necessárias para que ele participe e aprenda, respeitando suas especificidades. A avaliação, portanto, precisa ser flexível, sensível e transformadora, contribuindo para a consolidação de uma escola verdadeiramente democrática e comprometida com o sucesso de todos.

5.2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO

Ainda que localizado no espaço urbano da cidade de Anguera, A Escola Municipal Érico Sophia Brandão recebe parte do seu alunado oriundo de localidades rurais do município, cujo acesso à escola ocorre através do serviço de transporte escolar. Diante dessa realidade, a escola não pode perder de vistas a política da educação do campo.

A proposta de Educação do Campo visa oferecer um modelo de ensino para a população do campo em conformidade com suas realidades, buscando oferecer um vínculo entre a escola e suas práticas pedagógicas com as famílias do campo, os produtores rurais, procurando garantir uma forma de ensino-aprendizagem condizente com os valores e práticas tradicionais do campo.

Enquanto anteriormente os modelos educativos eram pensados exclusivamente pelos educadores tradicionais, isto é, pessoas com formações para isso (sendo a formação algo privilegiado e inacessível), as novas propostas compreendem a importância da inclusão da população nas discussões sobre educação. Por meio do diálogo entre educadores e produtores se estabelecem diretrizes que passam a aproximar a realidade campesina da proposta escolar e seu modelo de ensino.

O município de Anguera se caracteriza pela forte agricultura e pecuária tanto na sede como nos distritos, sendo assim, a educação do campo deve ser pensada e

considerada no âmbito escolar.

A educação do campo é uma proposta abrangente que visa a formação do homem do campo e também a valorização no que diz respeito ao espaço, tempo e modelo de currículo, que mobilize as atividades campesinas abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável. Nessa linha, a escola deve estimular o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho.

A prática pedagógica da nossa escola necessita contemplar a diversidade vivenciada no campo, valorizando os saberes das crianças, jovens e adultos que residem no meio rural, em interação com as crianças residentes na sede do município.

Em relação aos princípios norteadores da Educação do Campo, as práticas pedagógicas que a escola desenvolve ajudam no desenvolvimento da aprendizagem do aluno, pois ele reconhece sua identidade naquilo que a escola oferece. Ou seja, a aprendizagem se torna significativa. Esta prática possibilita a construção de sujeitos sociais e novas formas de socialização, ao propor gestão coletivamente à realidade, é conceber o campo como espaço de vida para as futuras gerações.

A valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

Nesse caminhar, um procedimento essencial é a escuta, no qual sugere-se à escola escutar os povos do campo, a sua sabedoria, as suas críticas; escutar os educandos e as suas observações, reclamações ou satisfações com relação à escola; escutar as carências expostas pelos professores das escolas do campo; inserir em seus projetos pedagógicos ações e temáticas voltadas à vida no campo.

As diretrizes da avaliação precisam levar em conta características intrínsecas específicas dos educandos residentes no campo. Assim, a escola, respeitando essa diversidade, deve considerar o controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo,

assim entendemos a prática educativa como suporte em proveito do aprendizado tanto para o homem urbano, quanto para o homem rural.

Uma escola que pressupõe uma perspectiva esperançosa e que se constitui em uma escola transportada pelas mãos de seus agentes, comunidade escolar e local, possibilita entender a oportunidade de superação dos sujeitos intermediada por uma prática educativa.

Percebe-se, nesse contexto, a importância das escolas valorizar e inserir abordagens sobre a agricultura, a criação de animais, o sustento das famílias, a economia rural, a feira livre, livre da cidade que recebe produtos oriundos do campo, entre outros, bem como parte dos feirantes são pessoas residentes nas comunidades rurais.

Seguindo nessa direção, que o processo ensino-aprendizagem se dê através de práxis que trate a realidade dos sujeitos envolvidos. Logo, o entendimento da implementação de uma prática educacional diferenciada com vistas às proposições e concepções da Educação do Campo percebemos como a escola se torna dinâmica e envolvida com os problemas da comunidade. O trabalho é essencial na vida das pessoas que moram no campo.

5.3 A POLÍTICA DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 e atualizada em 2022 para contemplar as competências digitais e o pensamento computacional, constitui-se como um marco orientador das aprendizagens essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da Educação Básica.

Em consonância com esse documento, o componente curricular **Computação** surge como uma área estratégica para a formação integral dos alunos, promovendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas, criativas e éticas relacionadas ao uso e à compreensão crítica das tecnologias digitais.

No Érico Sophia Brandão, a inserção do componente Computação no Projeto Político Pedagógico (PPP) representa um compromisso com a inovação, a equidade e a formação de sujeitos capazes de atuar de forma crítica e produtiva em uma sociedade cada vez mais mediada pela tecnologia.

O objetivo central dessa integração é proporcionar aos estudantes não apenas o domínio instrumental de ferramentas digitais, mas, sobretudo, o desenvolvimento do pensamento computacional, entendido como a capacidade de formular problemas e soluções de maneira lógica, sequencial e criativa, utilizando estratégias que podem ser aplicadas em diferentes contextos da vida cotidiana e acadêmica.

O Conselho Municipal de Educação (CME) aprovou o Complemento Computação ao Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) da rede municipal de ensino de Anguera. Essa aprovação consta na Resolução CME nº 03/2024.

A BNCC define que a Computação deve articular quatro eixos estruturantes: Pensamento Computacional, Cultura Digital, Mundo Digital e Inteligência Artificial. Cada um desses eixos contribui para a formação de competências específicas. O Pensamento Computacional envolve a capacidade de decompor problemas complexos em partes menores, reconhecer padrões, abstrair informações relevantes e construir algoritmos para resolver desafios.

Já a Cultura Digital amplia a compreensão crítica do estudante sobre o papel das tecnologias na sociedade, abordando questões de segurança, privacidade, ética e cidadania digital. O Mundo Digital trata da compreensão dos sistemas computacionais e das redes de informação, possibilitando que o aluno compreenda o funcionamento da infraestrutura tecnológica que sustenta a comunicação e a informação global.

Por fim, a Inteligência Artificial, como campo emergente, promove reflexões sobre automação, dados e tomada de decisão baseada em algoritmos, incentivando o olhar ético e humano diante dos avanços tecnológicos.

No âmbito do PPP, a escola assume o desafio de implementar práticas pedagógicas que tornem o ensino de Computação significativo e contextualizado. Isso inclui o uso de projetos interdisciplinares, em que os alunos possam aplicar os conceitos computacionais para resolver problemas reais da escola e da comunidade.

A integração com áreas como Matemática, Ciências da Natureza e Linguagens fortalece o caráter transversal do componente, permitindo que o uso da tecnologia seja uma ferramenta de construção de conhecimento, e não apenas um fim em si mesmo.

Outro aspecto relevante é a formação continuada dos professores, condição essencial para a consolidação do ensino de Computação. O PPP destaca a importância de capacitar o corpo docente para o uso pedagógico das tecnologias e para a compreensão dos princípios do pensamento computacional. Essa formação visa não apenas ao domínio técnico, mas também à reflexão sobre os impactos sociais, culturais e éticos da tecnologia na vida escolar e na sociedade.

Além disso, o documento reforça o compromisso da escola com a inclusão digital e o acesso equitativo às tecnologias, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas condições socioeconômicas, possam participar das experiências de aprendizagem mediadas pela Computação. A escola busca, dessa forma, alinhar-se aos princípios da BNCC, que orienta uma educação democrática, inclusiva e voltada para o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas.

No contexto educacional atual, o Município de Anguera alia suas práticas pedagógicas às diretrizes nacionais que visam promover ambientes escolares mais focados e saudáveis. Recentemente, em consonância com a Lei Federal nº 15.100/2025, sancionada pelo Presidente da República em 13 de janeiro de 2025, foram estabelecidas normas que restringem o uso de aparelhos eletrônicos portáteis, especialmente os telefones celulares, por estudantes durante o período de aulas, bem como durante o recreio e intervalos, sendo permitido apenas para finalidades pedagógicas, sob supervisão docente, ou em situações excepcionais como casos de emergência, acessibilidade ou necessidades de saúde específicas.

Embora a regulamentação específica da rede municipal de Anguera esteja integrada às orientações mais amplas estabelecidas pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, o compromisso com essa política se reflete nas práticas escolares adotadas no município para assegurar que o ambiente de aprendizagem seja propício, seguro e alinhado às normas vigentes.

Essa norma é importante para a educação anguerense porque fortalece o ambiente de ensino e aprendizagem, reduzindo as distrações e promovendo maior concentração dos estudantes nas atividades escolares, o que contribui diretamente para a melhoria dos índices de atenção, participação e desempenho acadêmico.

Ao limitar o uso de celulares durante o horário de aula, as escolas incentivam a interação presencial entre os alunos e a mediação pedagógica do professor, favorecendo a construção de relações sociais mais saudáveis e o desenvolvimento

de habilidades cognitivas e socioemocionais que não se restringem ao uso tecnológico informal.

Além disso, a restrição ao uso pessoal dos celulares está alinhada às práticas de educação digital consciente, incentivando a reflexão crítica sobre o uso da tecnologia como ferramenta de aprendizagem, e não como fonte de distração ou dependência, em consonância com os objetivos da legislação federal e com as orientações pedagógicas orientadas pelo MEC e pelas redes estaduais de educação.

A Portaria SEC nº 02/2026 estabelece normas para o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Anguera, com o objetivo de organizar, orientar e limitar sua utilização no ambiente escolar, preservando o processo de ensino-aprendizagem e a saúde física, mental e emocional dos estudantes.

De modo geral, o uso desses dispositivos pelos alunos não é permitido de forma irrestrita, sendo autorizado apenas em situações específicas, como em atividades pedagógicas previamente planejadas e autorizadas pela equipe escolar, em casos de emergência, para acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, ou para necessidades de saúde devidamente comprovadas.

A portaria também orienta as unidades escolares a promoverem ações formativas com os profissionais da educação, visando à conscientização sobre os impactos do uso excessivo de telas e a identificação de possíveis prejuízos ao bem-estar dos estudantes.

Além disso, determina que cada escola organize normas internas quanto ao uso de aparelhos eletrônicos pelos profissionais, assegurando que esses não interfiram no desenvolvimento das atividades pedagógicas. Dessa forma, a Portaria SEC nº 02/2026 reafirma o compromisso da rede municipal com o uso responsável e pedagógico da tecnologia, em consonância com a legislação educacional vigente.

5.4 A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A concepção de Assistência Estudantil da Escola Municipal Érico Sophia Brandão fundamenta-se no compromisso ético e humano de garantir que todos os estudantes tenham condições reais de acesso, permanência e sucesso escolar. Em um país marcado por desigualdades sociais profundas, a Assistência Estudantil

constitui-se como política essencial para assegurar equidade e justiça educacional, não se limitando a ações pontuais, mas integrando-se ao processo pedagógico e ao desenvolvimento pleno de cada criança e adolescente.

O estudante precisa ter a garantia não somente do acesso à escola, como também facilitadas às condições de permanência e de sucesso. Espera-se, do aluno na escola, a consolidação de aprendizagens, respeitadas pelo ritmo individual de cada um, diante da diversidade que caracteriza o todo.

A assistência estudantil é um mecanismo utilizado pela escola para acolher, incluir, cuidar, educar, orientar, socializar, garantir aprendizagens e promover a formação integral. A mesma se define como um conjunto de ações, onde, em muitas delas a escola necessitará buscar apoio de políticas públicas educacionais junto à Secretaria Municipal de Educação e outras instâncias.

Por sua vez, a escola já se ampara nas ações de assistência estudantil, como parte integrante do Sistema Municipal de Ensino. As ações de assistência se tornam importantes aliadas na formação integral dos estudantes, pois garantem ao educando um melhor desempenho escolar.

Dessa forma, a fim de evitar a evasão escolar, a escola, verifica com regularidade se há ausência de aluno na escola por mais de dois dias; detectadas essas faltas, a escola entra em contato, imediatamente, com os pais ou responsáveis pelo educando, ou até mesmo encaminha profissionais para se dirigir à casa do aluno faltoso e verificar o motivo da sua ausência na escola, adotando um diálogo para que o mesmo possa retornar o mais breve possível à escola. Essa ação caracteriza a **Busca Ativa Escolar**.

No ano de 2022 a Secretaria Municipal de Educação aderiu à ação Dia “D” da Frequência Escolar, que se torna um momento para monitoramento da frequência de cada aluno matriculado, e ao mesmo tempo a instituição busca proporcionar atividades que tornem o ambiente mais atrativo aos alunos. E em dias atuais são claros os benefícios que essa mobilização traz ao fazer esse movimento de Busca Ativa intersetorial.



O **Conselho de Alimentação Escolar (CAE)** de Anguera exerce um papel fundamental na garantia da qualidade e da transparência da merenda escolar nas unidades municipais. Criado pela Lei nº 076/2009, esse órgão possui funções consultivas, deliberativas, fiscalizadoras e de assessoramento junto ao Poder Executivo para a execução do **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**.

Ao acompanhar, por meio de visitas técnicas e análise de atas e planos de ação, desde os cardápios até as instalações das cozinhas escolares, o CAE assegura que os recursos sejam bem empregados, a comida oferecida seja adequada e os processos atendam às normas sanitárias e nutricionais. Esse controle social fortalece a participação da comunidade, pais, professores, representantes de entidades civis e promove autoestima, saúde integral dos estudantes e maior envolvimento da sociedade no cotidiano escolar.

Já a **Cartilha do Transporte Escolar** de Anguera, presente nos acervos técnico-pedagógico da Secretaria, é um instrumento estratégico para promover a inclusão social, garantindo que todos os alunos especialmente aqueles em áreas rurais ou com dificuldades de mobilidade tenham acesso seguro e regular à escola. Esse guia orienta motoristas, estudantes, famílias e gestores quanto aos seus direitos e deveres: desde o cuidado com a manutenção dos veículos até práticas seguras de embarque e diálogo consciente entre todos os envolvidos.

A cartilha ganha força por meio de cursos presenciais realizados na comunidade escolar, que fomentam a comunicação, a confiança e a corresponsabilidade entre motoristas, estudantes, famílias e escola. Assim, o

transporte escolar se consolida como um instrumento de justiça educativa, conectando direitos previstos na Constituição e na LDB com a vida concreta das crianças, jovens e adultos que transitam diariamente entre casa e escola.

Os princípios orientadores da assistência ao estudante vêm atender a demanda estudantil e tem por objetivo:

- ✓ Democratizar as condições de permanência dos alunos;
- ✓ Minimizar os efeitos socioeconômicos das famílias;
- ✓ Promover a inclusão social dos seus alunos.

Sendo assim, nossa escola com suas ações através de projetos e programas vêm ressignificando às condições sociais dos nossos alunos, buscando sempre uma educação de qualidade, possibilitando a eles uma continuidade de vida baseada na cidadania e valor morais e éticos.

São muitas as demandas que surgem no dia a dia escolar, por isso é necessário que os professores sejam participativos nos ACs e nas reuniões, demonstrando serem ativos nos projetos e atividades desenvolvidas na escola. Levar em consideração a condição da comunidade em que os estudantes estão inseridos, também deve ser papel do professor e demais funcionários, que a educação oferecida seja condizente com a realidade, tornando o processo de ensino e aprendizagem atrativo e eficiente para os estudantes, evitando, assim o processo de evasão escolar.

Falando especificamente dos alunos, percebe-se a alteração na forma como se comportam, adquirem e reagem aos serviços educacionais. Isso acontece devido às mudanças desencadeadas e impulsionadas por diversos fatores, tais como o avanço das tecnologias, a dinâmica do mundo moderno, o compartilhamento de informações em tempo real, as necessidades de adaptação, entre outras. Esse perfil conversa claramente com o perfil esperado do Professor.

O aluno protagonista configura-se como um princípio essencial previsto no Regimento Escolar Unificado, documento que norteia as normas e o cotidiano das escolas da Rede Municipal de Anguera, homologado em março de 2024 por meio da Portaria SEC nº 13/2024 e elaborado com ampla participação comunitária e do Conselho Municipal de Educação.

Dentro dessa orientação normativa, o estudante protagonista é aquele que assume responsabilidade ativa pelo próprio processo de aprendizagem e pela vida escolar.

Fonseca (1995) discorre que a aprendizagem pode ser encarada como um processo dinâmico, no qual o aluno joga em um papel ativo, em constante interação com o envolvimento com o grupo no qual está inserido. Logo, compreendemos a importância do aluno para escola, na verdade, esses sujeitos são os verdadeiros protagonistas das instituições de ensino.

A Assistência Estudantil assume como diretrizes a promoção da equidade, a garantia do bem-estar integral e a oferta de condições concretas para a aprendizagem. Isso inclui ações como acolhimento emocional, acompanhamento individualizado, articulação com serviços de saúde e assistência social, suporte alimentar, oferta de materiais pedagógicos, estímulo à participação em projetos culturais e esportivos e fortalecimento de vínculos entre escola, família e comunidade. Indicadores dessa política devem considerar o engajamento dos estudantes, sua frequência, permanência, participação em atividades, desempenho, bem-estar socioemocional e redução da evasão escolar.

Portanto, a Assistência Estudantil é entendida como prática estruturante, que promove justiça educativa e garante que cada estudante possa avançar segundo seu potencial, fortalecendo uma escola que cuida, acolhe e transforma vidas.

A partir dessas referências, os princípios orientadores da Assistência Estudantil envolvem: equidade, garantindo que cada estudante receba o apoio necessário para aprender; acolhimento e escuta ativa, valorizando emoções, identidades e contextos; proteção social, assegurando que fatores externos não impeçam a permanência escolar; intersetorialidade, articulando escola, saúde, assistência social e comunidade; respeito às diversidades, reconhecendo diferentes trajetórias e culturas; e protagonismo estudantil, estimulando que os estudantes participem das decisões e construam seu próprio percurso formativo.

É primordial que nossa escola ofereça aos alunos assistência estudantil que garantam uma aprendizagem significativa e com resultados satisfatórios. Sabemos que o efeito da Assistência Estudantil no desempenho dos estudantes contribui de forma significativa para minimizar a evasão e ampliar o nível de aprendizagem dos educandos.

5.5 A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

A Formação Continuada, na Escola Municipal Érico Sophia Brandão, é compreendida como um processo permanente, reflexivo e necessariamente coletivo, que reconhece o professor como sujeito em constante construção. Essa concepção parte do entendimento de que o docente não se forma apenas nos espaços acadêmicos, mas, sobretudo, no cotidiano da escola, nas práticas compartilhadas, nas experiências reais com os estudantes e no diálogo com seus pares.

A Formação Continuada se orienta pelos princípios da colaboração, reflexão crítica, valorização dos saberes docentes, diálogo entre teoria e prática, compromisso com a equidade e com a aprendizagem dos estudantes. Envolve ações como grupos de estudo, encontros pedagógicos, leituras compartilhadas, análise de indicadores educacionais, oficinas metodológicas, práticas inovadoras, uso crítico de tecnologias, pesquisa sobre a prática e integração entre diferentes etapas e componentes curriculares.

Assim, a concepção de Formação Continuada adotada pela Escola Municipal Érico Sophia Brandão reafirma que a qualidade da educação nasce da força coletiva do corpo docente. Quando os professores aprendem juntos, investigam seus desafios e reinventam suas práticas, a escola se torna um espaço mais humano, inclusivo e transformador capaz de garantir que cada estudante aprenda.

A formação continuada na escola ocorre de maneira sistemática e articulada às necessidades reais do trabalho pedagógico. É desenvolvida como um processo permanente de estudo, reflexão e aprimoramento das práticas, envolvendo todos os professores.

Na prática, essa formação acontece por meio de encontros pedagógicos, estudos coletivos, análises de práticas, oficinas, rodas de conversa, formações internas e externas, além do acompanhamento pedagógico realizado pela coordenação.

Essa perspectiva fortalece a compreensão de que o desenvolvimento profissional não ocorre à margem da escola, mas em diálogo direto com as situações reais do ambiente escolar, promovendo pertencimento, corresponsabilidade e prática reflexiva.

De acordo com o Regimento Escolar Unificado, homologado em 15 de março de 2024, a formação continuada integra o princípio da **Gestão Democrática**, ao envolver direção, professores, funcionários, estudantes e famílias na elaboração e execução do PPP e nas decisões que orientam a vida escolar. Nessa concepção, todos os segmentos da comunidade escolar são compreendidos como agentes educativos.

Assim, no âmbito da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, a formação continuada alcança não apenas professores e gestores, mas também merendeiras, porteiros, auxiliares de serviços gerais, equipe administrativa e demais colaboradores, reconhecendo que cada um contribui para a construção de um clima escolar acolhedor, seguro e favorável à aprendizagem.

Essa visão ampliada reafirma que educar vai além da sala de aula: envolve mediar relações, criar vínculos, promover afetos, organizar ambientes e sustentar práticas coletivas que estimulam o aprender. A merendeira acolhe por meio da alimentação; o porteiro representa o primeiro contato de respeito e segurança; a equipe de limpeza assegura condições adequadas para ensino e saúde; e a equipe pedagógica media trajetórias e aprendizagens.

Quando todos participam da formação continuada, ampliam sua capacidade de agir conscientemente no espaço escolar, fortalecendo a escola como território de cuidado e de experiências significativas.

No campo prático, o PFCA estrutura formações modulares e semipresenciais, com carga horária de aproximadamente 60 horas, distribuídas entre 30 e 45 dias, abordando temas como políticas educacionais, BNCC/DCRB/DCRM, gestão democrática, inclusão escolar, saúde e segurança, competências socioemocionais e práticas pedagógicas contextualizadas ao campo.

Essas formações são planejadas pelas equipes pedagógicas e direção de forma articulada às demandas reais da comunidade escolar, garantindo pertinência temática e aplicabilidade imediata. Além disso, utilizam momentos de Atividade Complementar (AC) para estudos internos, debates, rodas de reflexão e análises de práticas, promovendo aperfeiçoamento contínuo em serviço.

Assim, a formação continuada torna-se indispensável para que professores e demais agentes educativos compreendam e apliquem, em seu contexto de atuação, as competências e habilidades previstas nos documentos curriculares. Essa política formativa parte do pressuposto de que tanto estudantes quanto profissionais da

educação devem aprender de maneira ativa, contextualizada e significativa, independentemente do tempo de formação de cada educador.

Em síntese, a formação continuada constitui um compromisso coletivo com a melhoria da educação pública, com a dignidade e valorização de todos os profissionais e com a construção de um ambiente escolar que educa em todas as dimensões. Ao integrar todos os agentes da escola em um programa orgânico e permanente de formação, o município fortalece uma cultura profissional colaborativa e humanizadora, consolidando a escola como espaço integral de aprendizagens, relações e desenvolvimento humano.

5.6 A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA/ FAMÍLIA E ESCOLA/COMUNIDADE

A comunicação entre escola, família e comunidade constitui um dos pilares fundamentais para uma educação pública democrática, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes. No contexto da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, essa política se assenta na compreensão de que a aprendizagem é um fenômeno social que ultrapassa os limites físicos da instituição, exigindo diálogo permanente, corresponsabilidade e vínculos afetivos entre todos os sujeitos envolvidos.

A BNCC (2018) destaca a importância do trabalho colaborativo e da construção de ambientes educativos que promovam participação, acolhimento e fortalecimento de redes de apoio, elementos indispensáveis para garantir o direito de aprender de todas as crianças, jovens e adultos atendidos pela escola.

A comunicação efetiva entre escola e família não se reduz ao repasse de informações, mas envolve escuta sensível, respeito às diversidades e reconhecimento dos diferentes modos de vida que compõem o território escolar.

O desenvolvimento humano ocorre em sistemas inter-relacionados e que a escola, como microssistema, só alcança seu potencial formativo quando dialoga com os demais espaços que moldam a vida da criança, especialmente a família. Sob essa perspectiva, a política de comunicação da escola deve promover práticas que estreitem laços, reduzam distâncias simbólicas e fortaleçam a confiança mútua, entendendo que cada sujeito traz consigo valores, expectativas, histórias e dificuldades que precisam ser acolhidas e compreendidas pela instituição escolar.

O DCRM (2020) reforça que o trabalho educativo exige articulação entre escola e comunidade, reconhecendo a importância da participação social na construção do currículo e na definição das práticas pedagógicas.

Esse princípio dialoga com o pensamento de Freire (1996), ao afirmar que a escola se humaniza quando se abre ao diálogo e reconhece a comunidade como produtora de saberes, não apenas como expectadora. Assim, a política de comunicação da Escola Érico Sophia Brandão deve promover mecanismos que permitam aos familiares e aos membros da comunidade não apenas serem informados, mas também participarem ativamente da vida escolar, contribuindo na tomada de decisões, nas ações pedagógicas e nos processos avaliativos.

Nesse sentido, a comunicação precisa ser construída de forma clara, acessível e democrática, utilizando múltiplas linguagens e canais. A escola deve lançar mão desde os meios tradicionais, reuniões, bilhetes, conselhos escolares até ferramentas digitais, como grupos de mensagens, redes sociais institucionais e plataformas de acompanhamento pedagógico.

Para isso, é essencial que a equipe gestora desenvolva estratégias coerentes com as necessidades das famílias, considerando os diferentes níveis de letramento, acesso tecnológico e disponibilidade de tempo dos responsáveis.

A comunicação com a comunidade mais ampla, moradores, lideranças locais, instituições públicas, coletivos culturais, igrejas, unidades de saúde também constitui uma dimensão essencial dessa política. O DCRM (2020) orienta que a escola deve reconhecer e incorporar a cultura local em suas práticas, valorizando saberes tradicionais e fortalecendo identidades.

Essa aproximação gera impactos positivos no currículo, nas práticas pedagógicas e no fortalecimento dos vínculos sociais. Para Santos (2006), a escola que dialoga com sua comunidade constrói um território educativo vivo, capaz de ampliar horizontes e enriquecer experiências de aprendizagem, tornando-se mais significativa para seus estudantes.

A política de comunicação também deve contemplar o enfrentamento de conflitos de forma ética e restaurativa. Isso requer que a escola mantenha canais abertos de diálogo, oferecendo acolhimento, mediação e orientação às famílias sempre que necessário.

Nessa perspectiva, a comunicação não deve ser vista como mecanismo de controle, mas como instrumento de fortalecimento de vínculos e promoção do

cuidado compartilhado. Como aponta Moran (2015), instituições que desenvolvem práticas comunicativas empáticas constroem ambientes mais cooperativos e transformadores, capazes de gerar pertencimento e corresponsabilidade.

Por fim, a política de comunicação da Escola Municipal Érico Sophia Brandão deve ser compreendida como parte estruturante do seu Projeto Político Pedagógico, articulando-se às diretrizes da Rede Municipal e às demandas sociais do território em que está inserida. Isso significa que a comunicação não pode ser fragmentada ou reativa, mas planejada, contínua e alinhada às finalidades educativas da escola.

Nesse processo, família e comunidade deixam de ser “parceiros eventuais” e assumem papel de sujeitos ativos na construção coletiva da educação, consolidando uma rede de afetos, saberes e compromissos que sustenta e fortalece o percurso escolar de todos os estudantes.

O perfil dos pais/responsáveis varia muito, desde as classificações referente aos níveis sócio-econômico até aos níveis de escolaridade, desta forma, ao transmitir qualquer espécie de comunicado (impresso, digital, áudio-visual etc.), fazemos uso de uma linguagem simples e acessível para todos com o intuito de que todos sejam contemplados com as informações.

Buscamos sempre promover a participação dos pais/responsáveis nas atividades realizadas pela escola com o intuito de informar sobre a relevância de cada ação pedagógica no desenvolvimento da aprendizagem de suas crianças. Assim, aproximamos e conscientizamos as famílias acerca dos diversos dispositivos dos quais lançamos mão para a orientá-los na condução e realização das atividades extra-classe.

A comunicação entre escola, família e comunidade constitui um princípio estruturante para a promoção de uma educação democrática, equitativa e integral. Na Escola Municipal Érico Sophia Brandão, essa comunicação deve ser entendida como um processo contínuo, dialógico e colaborativo, orientado por valores que reconhecem a importância da participação social no desenvolvimento dos estudantes.

Um dos princípios fundamentais dessa comunicação é o diálogo, compreendido como prática ética que valoriza a escuta atenta, o respeito e a construção conjunta de soluções. Ao adotar o diálogo como base de sua ação, a escola cria condições para que famílias e comunidade se sintam acolhidas,

respeitadas e participantes da vida escolar, fortalecendo o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade.

Outro princípio essencial é a transparência, que implica a partilha clara e acessível de informações sobre processos pedagógicos, ações institucionais e desafios enfrentados pela escola.

A participação social é outro princípio norteador como elemento indispensável para a construção de um projeto pedagógico democrático e comprometido com as especificidades do território. Pois quando a comunidade participa ativamente das decisões escolares, há maior engajamento dos estudantes, melhores indicadores de aprendizagem e fortalecimento das relações de cooperação.

Assim, a Escola Érico Sophia Brandão desenvolve mecanismos que estimulem a participação efetiva, conselhos escolares, fóruns comunitários, projetos colaborativos e eventos culturais possibilitando que diferentes vozes contribuam na construção do ambiente educativo.

O princípio da acolhida também desempenha papel central na comunicação escola/família/comunidade. Segundo Almeida (2012), o desenvolvimento humano depende de ambientes que proporcionem segurança emocional, estabilidade e vínculos afetivos positivos. Ao adotar uma postura acolhedora, a escola reconhece as diferentes realidades socioculturais das famílias, respeita suas trajetórias e valoriza seus saberes, criando um ambiente de confiança mútua e apoio.

Por fim, destaca-se o princípio da corresponsabilidade, que compreende a educação como tarefa compartilhada entre escola, família e comunidade. Esse princípio reafirma que a escola não atua isoladamente, mas integrada a um tecido social amplo que influencia apóia e fortalece as experiências de aprendizagem.

Partimos do princípio básico de que a comunicação norteia nossas relações interpessoais, desse modo, prezamos por uma comunicação entre família, escola e comunidade capaz de fornecer a todos, mensagens claras e transparente através do uso de uma linguagem simples e compreensível para todos.

Além da integração de todos, pontuamos como princípio, o fortalecimento dos laços entre a família e a escola, pois acreditamos que através de um bom diálogo podemos criar subsídios para ampliar a participação dos pais/responsáveis na vida escolar de seus filhos.

A comunicação entre família, escola e comunidade, no processo de aprendizagem, tem reflexos importantes, pois está diretamente relacionada ao

desenvolvimento dos alunos. Dessa forma, o espaço de aprendizagem não pode ser visto somente como a sala de aula, a participação da família não deve ocorrer de forma isolada em casa. Essa relação exige um trabalho conjunto entre as partes.

A escola além de oferecer espaço para a participação dos pais/responsáveis na gestão da aprendizagem dos seus filhos valoriza e incentiva a comunicação constante com os familiares, demonstrando que a presença de cada um deles representa um grande diferencial na vida dos filhos.

Para que a comunicação entre família e a Escola proporcione bons resultados, articulamos algumas diretrizes:

- I. Promover reuniões ao fim de cada etapa letiva;
- II. Agendar reuniões individuais para sanar eventuais problemas pontuais;
- III. Adotar uma pasta de aviso para cada educando com o intuito de compartilhar avisos, informes e até orientações sobre o desenvolvimento de atividades mais específicas;
- IV. Adotar uma agenda do aluno, para que os pais/responsáveis possam acompanhar diariamente as atividades que são enviadas para casa;
- V. Realizar reuniões bimestrais para dialogar com as famílias sobre assuntos referentes aos processos de ensino e aprendizagem dos alunos;
- VI. Utilizar os canais de comunicação/redes sociais para mantê-los informados sobre os acontecimentos da escola;
- VII. Criar um contato de Whatsapp para recebimento e envio de informações rápidas também é uma forma de incentivar e tornar a comunicação mais ampla e acessível;
- VIII. Realizar eventos durante o ano letivo, ao final de cada etapa letiva, para que os alunos possam apresentar as atividades realizadas em cada projeto, deste modo, estaremos promovendo a participação mais acentuada dos pais/responsáveis nas vivências escolar de seus filhos;
- IX. Elaborar um calendário, informando o período de início e término de cada projeto em cada área do conhecimento e em cada etapas do ano letivo, assim, as famílias poderão realizar pesquisas prévias acerca dos objetos de conhecimento que serão trabalhados para que os alunos participem das aulas de forma ativa;
- X. Oferecer um canal específico para os pais/responsáveis darem sugestões e propostas que auxiliem no desenvolvimento da qualidade do ensino ofertado na escola. Ao incentivar a participação da família, não só no âmbito educacional,

demonstra que a Escola Municipal Érico Sophia Brandão se preocupa com o desenvolvimento dos alunos, o que valoriza a qualidade de ensino almejada por muitos pais/responsáveis.

5.7 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Escola Municipal Érico Sophia Brandão ocupa lugar central na oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Anguera, constituindo-se como um espaço de garantia do direito à educação ao longo da vida, de valorização das trajetórias interrompidas e de reconhecimento dos saberes construídos no trabalho, na família e na convivência comunitária. Sua proposta pedagógica parte do princípio de que cada estudante jovem ou adulto é sujeito de direitos e de conhecimentos, trazendo consigo experiências que precisam ser acolhidas, sistematizadas e transformadas em aprendizagens escolares significativas.

A política municipal de EJA orienta-se pelo alinhamento às diretrizes nacionais e estaduais, em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB) e o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM). Na Escola Municipal Érico Sophia Brandão, essa articulação se materializa na construção de um currículo contextualizado, que integra os conteúdos escolares às realidades sociais, produtivas e culturais do território do campo, fortalecendo o vínculo entre o conhecimento escolar e a leitura crítica do mundo.

A concepção pedagógica que sustenta a EJA na escola compreende o estudante como protagonista do próprio percurso formativo. O currículo é organizado por segmentos e tempos de formação que respeitam as trajetórias individuais, os ritmos de aprendizagem e as condições de vida dos educandos, em consonância com as Diretrizes Operacionais do Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CEB nº 01/2021) e suas atualizações recentes (Resoluções CNE/CEB nº 03/2025 e nº 06/2025). Essas normativas reafirmam o alinhamento da EJA à BNCC, o reconhecimento das experiências prévias e a pluralidade de formas de oferta, definindo critérios para idade mínima de ingresso, duração dos cursos, registros de frequência e processos de certificação.

No âmbito estadual e municipal, a Escola Municipal Érico Sophia Brandão adota como referência o Organizador Curricular da Educação de Jovens e Adultos

(OCEJA), instrumento pedagógico construído pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação com ampla participação da rede e homologado em dezembro de 2024 pelo Conselho Municipal de Educação.

O OCEJA orienta a estruturação dos conteúdos, das competências e das dimensões formativas da EJA, organizando-as por segmentos e oferecendo matrizes de referência para a elaboração dos Planos de Curso da escola. Esse documento propõe uma abordagem curricular integrada, com sugestões metodológicas específicas para a modalidade, valorizando a contextualização, os projetos interdisciplinares e a articulação entre saberes escolares e experiências de vida.

Na prática pedagógica da Escola Municipal Érico Sophia Brandão, os princípios da EJA se concretizam no reconhecimento das vivências dos estudantes como ponto de partida para o trabalho docente, na flexibilidade dos tempos e percursos formativos, na acessibilidade da oferta em diferentes turnos e modalidades e na articulação curricular permanente com a BNCC, o DCRB, o DCRM e o OCEJA.

A avaliação assume caráter formativo e certificador, voltada ao acompanhamento dos progressos, à validação dos saberes prévios e à consolidação das aprendizagens essenciais, conforme as normativas vigentes da LDB nº 9.394/1996 e do Conselho Nacional de Educação.

Do ponto de vista operativo, o planejamento da EJA na escola contempla o diagnóstico inicial das trajetórias e demandas dos estudantes, a seleção prioritária das habilidades e objetos de conhecimento previstos nos documentos curriculares e sua incorporação em sequências didáticas contextualizadas.

As metodologias adotadas privilegiam projetos vinculados ao território, como práticas relacionadas à produção agrícola, ao trabalho local, à leitura e interpretação de textos do cotidiano e à problematização de temas sociais relevantes. O registro sistemático das aprendizagens é realizado por meio de diários de acompanhamento do percurso formativo, assegurando monitoramento contínuo e replanejamento pedagógico.

A oferta da EJA na Escola Municipal Érico Sophia Brandão é estruturada com flexibilidade de horários, incluindo atendimento noturno e, quando autorizado, atividades semipresenciais, de modo a atender às realidades familiares, sociais e laborais dos jovens e adultos da zona rural. O acompanhamento institucional é

realizado a partir de indicadores como matrícula, frequência, permanência, conclusão por segmento e certificação, permitindo a análise permanente dos avanços e dos desafios enfrentados pelas turmas.

As ações formativas voltadas aos docentes são desenvolvidas de forma sistemática, fortalecendo a formação continuada específica para a EJA. Esses momentos priorizam estudos sobre avaliação formativa, reconhecimento e validação dos saberes prévios, práticas pedagógicas contextualizadas ao território rural e metodologias voltadas à recomposição e aprofundamento das aprendizagens, consolidando a escola como espaço de reflexão coletiva e aperfeiçoamento profissional.

Historicamente, a política de EJA no município de Anguera encontra respaldo no Parecer nº 11/2000 da Câmara de Educação Básica, que regulamentou as Diretrizes Curriculares da modalidade e definiu suas funções reparadora, equalizadora e qualificadora. Conforme analisado por Soares (2002), a função reparadora assegura a restituição do direito à escolarização de qualidade; a função equalizadora promove a reentrada no sistema educacional de trabalhadores e demais segmentos sociais que tiveram seus percursos interrompidos; e a função qualificadora amplia as possibilidades de inserção social, cultural e profissional dos educandos. Em âmbito local, a Portaria nº 013/2010 regulamenta a oferta do Ensino Fundamental na modalidade EJA, reafirmando o compromisso com o combate à distorção idade-série e com o atendimento às especificidades dos estudantes em termos de idade, cultura, experiências de vida e de trabalho.

Nesse sentido, a Escola Municipal Érico Sophia Brandão consolida sua EJA como um projeto educativo comprometido com a permanência e o sucesso escolar, com aprendizagens contextualizadas e com a formação de sujeitos críticos, reflexivos e autônomos. Ao articular o OCEJA, os marcos legais e a realidade do território, a escola reafirma seu papel social como espaço de inclusão, de emancipação e de ampliação de horizontes, transformando trajetórias interrompidas em percursos de reconstrução, pertencimento e cidadania.

Conforme as especificidades da população inseridas na Educação de Jovens e Adultos, a Escola Municipal Érico Sophia Brandão garante uma prática pedagógica que considera a realização de atividades não presenciais, com acompanhamento docente, de forma temporária, complementar ou suplementar aos estudos na Educação de Jovens e Adultos.

Para isso, as atividades não presenciais ocorrem através de módulos pedagógicos e portfólios de evolução da aprendizagem, onde os alunos serão orientados pelos docentes considerando as seguintes estratégias e metodologias:

- I - As experiências de vida, aprendizado significativo e contextualizado;
- II – Os conhecimentos essenciais para a formação social;
- III - As realidades culturais de grupos e suas formas de organização social;
- IV – Pesquisas e relatos sobre estudos dos aspectos territoriais; identitários; econômicos; culturais; linguísticos; religiosos; ancestrais e étnico-raciais;
- V - As atividades de caráter psicopedagógico, de busca pela autoestima e voltadas para as competências socioemocionais;
- V – Acompanhamento docente de forma direta e indireta, garantindo o atendimento aos estudantes que desenvolvem atividades não presenciais através de plantões na escola ou contato direto nas famílias.

A nossa unidade escolar compreende que ao longo do processo histórico, diversas pessoas não tiveram oportunidades de acesso à escolarização. Portanto, a EJA também é uma modalidade de ensino reparadora e que deve trabalhar a inclusão do estudante através das diferentes formas de oferta, que inclui, nesta instituição, a realização de atividades não presenciais, de forma complementar ou suplementar às atividades presenciais.

A EJA em Anguera se divide em dois segmentos: o 1º segmento corresponde ao Ensino Fundamental (Anos Iniciais), estágios I ao V (indicando do 1º ao 5º ano) e no 2º segmento Ensino Fundamental (Anos Finais), estágios VI e VII, sendo o estágio VI as séries 6º e 7º ano, e o estágio VII as séries 8º e 9º ano. Além destes segmentos, a EJA conta com o Ciclo Juvenil, etapa essa que corresponde às séries 6º e 7º ano e 8º e 9º ano, atendendo alunos de 15 a 20 anos que não conseguiram concluir o Ensino Fundamental Anos Finais na idade regular. Esse Ciclo possibilita então, a inclusão de jovens no ambiente escolar evitando a exclusão social. (ANGUERA, 2024).

No Município de Anguera a EJA se divide em três Tempos Formativos: EJA Regular, EJA Combinada, e o Ciclo Juvenil, cada um trazendo uma perspectiva única para o processo educacional e importante dos alunos do município.

A EJA Regular ocorre neste sentido no modelo 100% presencial, se adequando às realidades de aprendizagem dos alunos, a EJA Combinada oferece essa concepção sendo 30% da carga horária direta e 70% indireta e o Ciclo Juvenil

oferece um ensino específico destinado a jovens que abandonaram precocemente a escola ou enfrentaram dificuldades significativas durante sua escolarização inicial (ANGUERA, 2024).

5.8 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

A educação em tempo integral foi consolidada no Brasil a partir da Emenda Constitucional nº 59/2009, que ampliou a obrigatoriedade escolar e reforçou a necessidade de ampliação da jornada diária de estudo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) define, em seu artigo 34, §2º, que o tempo integral é aquele que compreende jornada escolar igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo. A Política Nacional de Educação Integral busca articular o currículo escolar com atividades culturais, esportivas, científicas e de participação social, visando a formação integral dos estudantes.

A BNCC Brasil (2018) estabelece que o currículo das escolas em tempo integral deve assegurar o desenvolvimento das dez competências gerais, entre elas o pensamento científico, crítico e criativo; a responsabilidade e cidadania; e a cultura digital. Assim, a ampliação do tempo escolar não deve ser vista apenas como extensão da carga horária, mas como reorganização pedagógica que promova aprendizagens significativas.

Apesar dos avanços, a implementação da educação em tempo integral enfrenta desafios:

- **Infraestrutura escolar inadequada:** muitas escolas não possuem espaços físicos suficientes para acolher os estudantes em período integral;
- **Formação docente:** é necessário preparar professores para trabalhar com metodologias ativas e projetos interdisciplinares;
- **Articulação curricular:** a mera ampliação da carga horária sem integração de saberes pode gerar sobrecarga e desmotivação dos estudantes;
- **Financiamento:** a expansão da jornada requer investimento contínuo em alimentação, transporte e recursos pedagógicos.

A Educação Integral em Tempo Integral no município de Anguera tem sido uma iniciativa importante para ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes, proporcionando um ensino mais completo e alinhado às suas necessidades. Esse modelo busca ir além do ensino tradicional, ofertando uma jornada ampliada de estudos, onde os alunos permanecem mais tempo na escola e

participam de atividades diversificadas que incluem reforço escolar, práticas esportivas, culturais e oficinas pedagógicas.

Com essa proposta, a educação integral em Anguera não apenas contribui para a melhoria do desempenho acadêmico, mas também fortalece o desenvolvimento social e emocional dos alunos. O tempo ampliado na escola permite que eles tenham acesso a conteúdo complementares e a vivências que estimulam a criatividade, a cidadania e a construção de projetos de vida. Além disso, a iniciativa tem um impacto positivo na comunidade, especialmente para famílias que precisam de um ambiente seguro e educativo para seus filhos enquanto trabalham.

Estamos em processo de adaptação dos alunos, pais e responsáveis, com isso, no turno vespertino há uma resistência de alunos, porém a escola vem trabalhando intensamente na conscientização da família e estes alunos em tempo Integral. Com isso, as turmas vêm se regularizando de forma satisfatória não havendo nenhuma evasão. As matrículas ocorreram de forma regular, pois houve um aumento significativo nas turmas do segundo e quinto ano permanecendo estáveis as turmas do terceiro e nono ano

Sobre a rotina alimentícia na escola, a Política Municipal de Educação em Tempo Integral aborda que por atender aos alunos da zona rural das localidades próximas, e muitos desses alunos serem de localidades um pouco mais distantes, cogita-se a possibilidade de ofertar o café da manhã, lanche (manhã/tarde) e almoço.

Para garantir o sucesso da Educação Integral, o município investe na qualificação dos professores e na estruturação das escolas, adaptando os espaços e metodologias às necessidades desse modelo de ensino. A ampliação do tempo escolar também reforça a importância de uma alimentação saudável e de um currículo mais dinâmico, integrando teoria e prática de maneira eficiente. Dessa forma, Anguera segue fortalecendo sua rede de ensino e oferecendo melhores oportunidades de aprendizado para suas crianças e adolescentes.

Contata-se que a educação em tempo integral representa uma oportunidade de transformação social ao democratizar o acesso a experiências educativas de qualidade. Para que cumpra seu papel emancipador, devem ser acompanhada de planejamento pedagógico consistente, políticas públicas de financiamento e participação da comunidade escolar.

6 POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

6.1 EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais (PNEERQ) constitui um marco fundamental na consolidação de uma educação comprometida com a igualdade racial e com a valorização da diversidade cultural brasileira. Inspirada na Lei nº 10.639/2003 e fortalecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Resolução CNE/CP nº 01/2004), a PNEERQ tem como finalidade promover ações educativas que reconheçam a contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros na formação da sociedade nacional. Essa política busca romper com a herança histórica de desigualdade e exclusão que marcou o processo educacional brasileiro, tornando o espaço escolar um ambiente de respeito, representatividade e pertencimento.

No âmbito da escola pública, a implementação da PNEERQ exige uma transformação profunda nas práticas pedagógicas, curriculares e nas relações interpessoais.

Conforme destaca Nilma Lino Gomes (2005), trabalhar a educação das relações étnico-raciais é mais do que inserir conteúdos sobre a cultura africana e afro-brasileira; trata-se de construir uma pedagogia crítica, antirracista e libertadora. Assim, a escola deve se tornar um espaço de valorização das identidades negras, indígenas e demais grupos étnicos, fortalecendo o reconhecimento das diferenças como parte essencial da convivência democrática e da construção de uma sociedade plural.

De acordo com Kabengele Munanga (2008), a educação é uma ferramenta poderosa para desconstruir os estereótipos raciais e promover o respeito mútuo. Nesse sentido, a PNEERQ propõe a inclusão da temática racial de maneira transversal e interdisciplinar, permeando todas as áreas do conhecimento. Essa abordagem possibilita que os estudantes compreendam o papel histórico, político e cultural dos povos africanos e afrodescendentes, reconhecendo sua relevância na formação do Brasil. Além disso, contribui para o desenvolvimento de atitudes de empatia, solidariedade e justiça social, valores indispensáveis à convivência humana e à prática cidadã.

Por fim, a PNEERQ reafirma o compromisso ético da educação com a equidade e a dignidade humana. Sua efetivação demanda o envolvimento de toda a comunidade escolar, gestores, professores, estudantes e famílias na construção de uma cultura escolar antidiscriminatória e inclusiva. Implementar essa política significa promover uma educação que não apenas ensine conteúdos, mas que também forme sujeitos conscientes, críticos e orgulhosos de suas origens. Dessa forma, a escola cumpre seu papel social de ser um espaço de transformação, resistência e valorização das identidades que compõem a riqueza étnico-racial do povo brasileiro.

A Escola Municipal Érico Sophia Brandão, localizada em Anguera-Ba, reconhece que a educação deve ser um instrumento de transformação social e de valorização das identidades culturais que compõem o povo brasileiro. Diante disso, este projeto propõe a implementação de ações pedagógicas voltadas à Educação para as Relações Étnico-Raciais, em consonância com a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

As ações serão desenvolvidas de forma interdisciplinar, integrando diferentes componentes curriculares (História, Geografia, Língua Portuguesa, Artes e Educação Física). Algumas propostas de atividades:

- **Rodas de conversa e oficinas temáticas** sobre identidade, preconceito e racismo;
- **Projeto “Heróis e Heroínas Negras do Brasil”**, com pesquisa e exposição de figuras históricas afro-brasileiras;
- **Semana da Consciência Negra (20 de novembro)** com apresentações culturais, literatura afro-brasileira e culinária típica;
- **Leitura e análise de obras** de autores negros (como Conceição Evaristo, Machado de Assis, Carolina Maria de Jesus, entre outros);
- **Parcerias com a comunidade local**, valorizando saberes tradicionais e manifestações culturais afrodescendentes;
- **Formação docente** com estudos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Resolução CNE/CP nº 1/2004).

6.2 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Constitui um compromisso ético, pedagógico e social voltado para a promoção da igualdade racial e a erradicação de práticas discriminatórias dentro e fora do espaço escolar. Fundamenta-se nos princípios da Constituição Federal de 1988, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004) e na Lei nº 10.639/2003, que estabelece o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Essa política visa construir uma escola que reconheça, valorize e respeite as diferenças étnicas e culturais, combatendo o racismo em suas dimensões simbólicas, institucionais e estruturais.

No contexto do Érico, a educação antirracista é compreendida como uma ação transformadora, que busca formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel na construção de uma sociedade justa e igualitária.

De acordo com o Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera, a educação antirracista deve perpassar todas as áreas do conhecimento e práticas pedagógicas, tornando-se um eixo transversal do currículo. Isso implica desenvolver ações permanentes que questionem o racismo, a discriminação e as desigualdades históricas que afetam a população negra e indígena.

A escola, nesse sentido, torna-se um espaço de resistência, valorização da identidade e promoção da diversidade, por meio de projetos interdisciplinares, formação continuada de professores e atividades culturais que fortaleçam a autoestima e a representatividade de todos os grupos étnicos.

A consolidação da Política da Educação Antirracista no município de Anguera reafirma o compromisso com uma educação emancipadora, fundamentada no respeito aos direitos humanos e na valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena.

O PPP assume essa política como princípio norteador das práticas escolares, reconhecendo que o enfrentamento do racismo não se limita a ações pontuais, mas requer uma postura contínua e intencional. Assim, educar de forma antirracista é educar para o respeito, para a convivência na diversidade e para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

Para trabalhar em consonância com as propostas da PNEERQ e também com a lei 10639/03 o cenário de ideal de práticas seriam:

Estruturar um currículo interno inclusivo e com propostas para a diversidade abordando temáticas raciais de forma interdisciplinar e transversal;

Momentos de estudo e formação com os professores da instituição sobre as questões raciais, para reflexão sobre o racismo estrutural e suas práticas em sala; estabelecer em algumas aulas projetos de vivências culturais, cotação de histórias com perspectiva afrocentrada, leitura e trabalho com biografias negras, quilombolas e indígenas, trabalhos artísticos inspirados em produções negras, indígenas e quilombolas; criação de uma pequena cartilha antirracista a fim de trazer aos alunos formas de identificar, combater e enfrentar situações racistas e construir murais de representatividade nas atividades de artes, explorando ao máximo a temática racial.

7. DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

As diretrizes para a implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) na Escola Municipal Érico Sophia Brandão do município de Anguera fundamenta-se na gestão democrática e na corresponsabilidade entre escola, família e comunidade, em consonância com as orientações da Secretaria Municipal de Educação e com os marcos legais da educação básica. O PPP é compreendido como um instrumento vivo, que orienta as práticas pedagógicas, administrativas e formativas, refletindo as necessidades reais do território e os princípios da educação inclusiva, integral e de qualidade social.

A construção e a revisão do PPP devem envolver todos os segmentos da comunidade escolar, por meio de reuniões pedagógicas, momentos de escuta e consultas coletivas, assegurando a participação de gestores, professores, estudantes e famílias. Esse processo participativo fortalece o sentimento de pertencimento, amplia a representatividade e garante que as decisões estejam alinhadas às características socioculturais da comunidade atendida.

As ações e projetos pedagógicos precisam ser planejados a partir das especificidades de cada etapa de ensino e das necessidades das turmas, organizados em um cronograma anual que distribua temas, atividades e responsabilidades. Cada projeto deve estar articulado aos componentes curriculares, favorecendo a interdisciplinaridade e promovendo práticas que estimulem o protagonismo estudantil e a aprendizagem significativa.

A formação continuada dos profissionais da educação é uma diretriz central para a efetivação do PPP, devendo ocorrer em espaços regulares de estudo, troca de experiências e reflexão sobre práticas pedagógicas. Essas ações contribuem para o aprimoramento do trabalho docente, o alinhamento das metodologias adotadas e a consolidação dos princípios pedagógicos definidos coletivamente.

O acompanhamento da implementação do PPP deve ser realizado por meio de comissões ou grupos de trabalho, responsáveis por monitorar as ações, analisar resultados e propor ajustes. Avaliações periódicas, relatórios de acompanhamento, reuniões de devolutiva e momentos de autoavaliação garantem que o documento permaneça atualizado e coerente com a realidade escolar.

O documento deve estar acessível em formato físico e digital, com seus objetivos, ações e resultados socializados por meio de murais, reuniões, redes sociais e eventos escolares, fortalecendo o diálogo com a comunidade e reafirmando o compromisso coletivo com a melhoria da educação na Escola Municipal Érico Sophia Brandão.

Nesta vertente, almejamos que toda a comunidade escolar esteja unida e empenhada em prol da melhoria da qualidade da educação em nossa escola, através da (Re)elaboração do nosso Projeto Político Pedagógico acreditamos que as possibilidades de avançarmos cada vez mais em direção a uma educação com resultados satisfatórios se faz mais presentes em nossa escola.

Assim, desejamos que este documento alcance não apenas as dimensões da sala de aulas desejamos que o mesmo ultrapassasse os muros da escola e faça valer cada concepção aqui presente, em prol da transformação social que desejamos para o nosso Município de Anguera, e conseqüentemente, para o mundo, pois acreditamos no poder gradativo de cada gesto, mesmos aqueles que aparentam serem os mais ínfimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste Projeto Político Pedagógico representa muito mais do que a organização formal de diretrizes, objetivos e práticas que orientam o trabalho escolar. Ele simboliza, antes de tudo, o compromisso coletivo de uma comunidade que acredita na força transformadora da educação e reconhece que cada criança, cada jovem e cada família que atravessa os portões da Escola Municipal Érico Sophia Brandão carrega consigo histórias, expectativas, desafios e potencialidades que merecem ser acolhidos com respeito e sensibilidade.

Ao longo deste documento, reafirmamos que a escola não é um espaço estático, mas um organismo vivo, em constante movimento, que se reinventa diariamente para atender às demandas do presente e construir caminhos para o futuro. Essa escola se fortalece na escuta, na participação e na construção conjunta de sentidos. O PPP nasce, portanto, dessa convicção: a de que educar é um ato profundamente humano, que exige coragem para olhar para dentro, disposição para mudar e sensibilidade para reconhecer que ninguém faz nada sozinho. É no diálogo, na corresponsabilidade e na valorização da diversidade que se consolidam práticas verdadeiramente transformadoras.

Ao assumirmos a tarefa de sistematizar nossas concepções, nossas metas e nossos processos, reafirmamos também que a escola é um território de vida. Um território onde o conhecimento encontra a experiência, onde o sonho encontra o esforço, onde as dificuldades encontram o apoio necessário para se tornarem superação. Nada disso se constrói de forma isolada. Cada professor, cada funcionário, cada estudante e cada família participa dessa trama que dá significado ao cotidiano escolar. Esta conclusão, portanto, representa mais do que o fechamento de um documento: representa a abertura de um novo ciclo, um convite permanente à reflexão, ao diálogo e à ação coletiva.

A Escola Municipal Érico Sophia Brandão se compromete, a partir deste PPP, a fortalecer práticas pedagógicas que promovam aprendizagens com sentido, que valorizem a identidade dos estudantes e que reconheçam a importância do ambiente escolar como espaço de convivência ética, respeito mútuo e desenvolvimento integral. Reconhecemos que os desafios existem desafios estruturais, pedagógicos, sociais e afetivos, mas compreendemos também que somente com união e clareza de propósito é possível enfrentá-los. A escola que estamos construindo é uma

escola que cuida, que ampara, que direciona e que acredita no potencial transformador de cada sujeito.

Do mesmo modo, reafirmamos a importância de uma gestão participativa, transparente e dialogada, capaz de articular saberes, ouvir diferentes vozes e transformar escutas em ações concretas. A escola se fortalece quando todos se reconhecem como parte dela; quando cada membro entende que seu papel é importante e que sua contribuição impacta diretamente o caminho que estamos construindo. O PPP, nessa perspectiva, deixa de ser apenas um documento para se tornar uma bússola coletiva, que orienta decisões, inspira mudanças e sustenta práticas que promovem equidade, inclusão e qualidade social da educação.

Este documento também aponta para a necessidade de uma avaliação contínua, sensível e comprometida com a melhoria da aprendizagem e da convivência escolar. Avaliar, aqui, não é buscar falhas, mas compreender processos; não é julgar, mas refletir; não é punir, mas reconstruir.

O PPP nos lembra que o desenvolvimento de uma escola não se dá em linha reta, ele acontece em ciclos, em movimentos de avanço e de retomada, em experiências que ensinam e em erros que conduzem a novos acertos. Essa postura reflexiva e honesta é o que permite que a escola evolua com autenticidade e propósito.

Assim, concluímos ressaltando que a Escola Municipal Érico Sophia Brandão reafirma seu compromisso com uma educação humanizadora, transformadora e profundamente comprometida com o desenvolvimento integral de seus estudantes. Reconhecemos que somos parte de uma comunidade que acredita na educação como direito, como cuidado e como possibilidade de futuro. E é justamente esse sentido de pertencimento que mantém vivo o propósito deste PPP: o de construir uma escola que acolhe que ensina que inspira e que transforma vidas.

Com este documento, reafirmamos a esperança de que cada estudante encontre aqui um ambiente seguro para aprender, ousar, errar, acertar e crescer; que cada professor se reconheça como protagonista e agente de mudança; que cada família se sinta parceira e presente; e que toda a comunidade perceba a escola como espaço de construção coletiva de dignidade e oportunidades.

Esta conclusão não encerra um processo, ela abre caminhos. Abre janelas para que novas ideias entrem portas para que novas práticas se consolidem e espaços para que novas vozes sejam ouvidas.

O PPP permanece vivo porque é feito de pessoas, e são elas que sustentam a escola com suas mãos, suas palavras, suas experiências e seus sonhos. Que este documento continue sendo um instrumento de união, coerência e coragem, guiando-nos para uma educação cada vez mais humana, justa e transformadora

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Elizabeth B.; VALENTE, José Armando. **Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?** São Paulo: Paulus, 2012.
- APPLE, Michael W. ***Ideology and curriculum***. New York: Routledge, 2004.
- BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica da Bahia (DCRB)**. Salvador: SEC/BA, 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.
- DEWEY, John. **Democracia e educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- DCRM – Diretrizes Curriculares Referenciais para o Município. **Secretaria Municipal de Educação da Bahia**, 2020.
- DCRM – Diretrizes Curriculares Referenciais para o Município. **Secretaria Municipal de Educação da Bahia**, 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GOMES, Nilma Lino. **Diversidade e currículo: desafios para a formação de professores**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, n. 104, 2008.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2012.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- LOPES, Alice Casimiro. **Currículo e epistemologia**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2003.
- MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORAN, José Manuel. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**. São Paulo: Papirus, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. **Currículo: uma reflexão sobre a prática**. São Paulo: Papirus, 2010.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Currículo y práctica educativa**. Madrid: Morata, 1998.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SKLIAR, Carlos. **A inclusão que é nossa e a diferença que é do outro**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.